Informações Trimestrais – ITR´s

Alupar Investimento S.A.

Em 30 de setembro de 2012

Alupar Investimento S.A.

Informações Trimestrais – ITR's

30 de setembro de 2012

Índice

Relatório da administração 1

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais 32

Informações trimestrais

Balanços patrimoniais 35
Demonstrações dos resultados 37
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 38
Demonstrações dos fluxos de caixa 39
Demonstrações do valor adicionado 40
Notas explicativas às informações trimestrais 41
Declaração dos diretores sobre o Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais 105
Declaração dos diretores sobre as Informações trimestrais 106

Resultado Consolidado 3T12

São Paulo, 13 de Novembro de 2012 – A Alupar Investimento S.A – ALUPAR, um dos principais grupos de controle privado dos setores de transmissão e geração de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 3º trimestre de 2012. As informações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseada na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis e nas regulamentações da CVM.



Resultado – Principais Indicadores Consolidados

Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	3T12	3T11	Var.	Var.%
Receita Líquida Ajustada	287,1	253,1	34,0	13,4%
EBITDA	244,4	206,7	37,7	18,2%
Margem Ebitda Ajustada	85,1%	81,7%		3,5%
Resultado Financeiro	-67,9	-54,6	-13,3	24,3%
Lucro Líquido	48,5	54,4	-5,8	-10,7%

Principais Indicadores "REGULATÓRIO"				
R$ MM	3T12	3T11	Var.	Var.%
Receita Líquida	271,4	255,0	16,4	6,4%
EBITDA	228,8	209,0	19,8	9,5%
Margem Ebitda	84,3%	82,0%		2,3%
Resultado Financeiro	-67,9	-54,6	-13,3	24,4%
Lucro Líquido	35,1	44,0	-8,9	-20,2%

Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	9M12	9M11	Var.	Var.%
Receita Líquida Ajustada	840,5	721,0	119,5	16,6%
EBITDA	693,8	567,8	126,0	22,2%
Margem Ebitda Ajustada	82,5%	78,7%		3,8%
Resultado Financeiro	-178,0	-136,6	-41,4	30,3%
Lucro Líquido	167,2	147,8	19,4	13,1%
Dívida Líquida	2.778,8	2.370,1	408,7	17,2%

Principais Indicadores "REGULATÓRIO"				
R$ MM	9M12	9M11	Var.	Var.%
Receita Líquida	782,4	667,9	114,5	17,1%
EBITDA	636,1	515,9	120,2	23,3%
Margem Ebitda	81,3%	77,2%		4,1%
Resultado Financeiro	-177,8	-136,6	-41,2	30,2%
Lucro Líquido	115,8	105,9	9,9	9,3%
Dívida Líquida	2.778,8	2.370,1	408,7	17,2%

Notas:

1) **Conceito de "Ajustado" nos números dos demonstrativos societários:** De acordo com as normas do IFRS os investimentos (Capex) das transmissoras devem ser contabilizados como receita e como custo. Contudo, por se tratar de investimento e, no caso da Alupar, não ter nenhum efeito no resultado da Companhia (valor da receita e do custo são iguais => margem zero), por razões analíticas, desconsideramos este efeito nas receitas da Companhia. Os três principais efeitos são as figuras da Receita Líquida Ajustada, a qual é a Receita Líquida com a exclusão da Receita de Infraestrutura (Capex), o Custo Operacional Ajustado, dentro do mesmo conceito da Receita e a Margem EBITDA Ajustada, a qual é a divisão do EBITDA pela Receita Líquida Ajustada.

2) **Conceito de "Regulatório":** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios das nossas subsidiárias, e cuja principal diferença é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 tem um impacto material em relação às nossas empresas do segmento de transmissão, com a criação da conta patrimonial de "Ativo Financeiro", extinção do "Ativo Imobilizado" e várias modificações na estrutura e apresentação das "Receitas" na Demonstração de Resultados.

Principais destaques:

- Nosso segmento de geração já demonstra no trimestre uma margem EBITDA “normalizada” de 73%, sem os efeitos de uma sazonalização feita no período.
- Aquisição de 28.767.708 ações ordinárias da Transchile Charrua Transmission S.A., as quais eram detidas por nossa acionista controladora, a Guarupart Participações Ltda e que representa 51% do capital social total da referida empresa. Estamos consolidando a Transchile desde Julho de 2012.
- Consolidação Integral da ECTE a partir do ano 2012, devido à aquisição de ações ordinárias nominativas pertencentes a MDU Sul Transmissão de Energia, conforme contrato de compra e venda de ações firmado em 10 de novembro de 2009.
- Entrada em operação comercial da 2ª turbina de Queluz, disponibilizando 100% da sua capacidade instalada, a exemplo de Lavrinhas que desde o 2T12 também possui 100% de sua capacidade em operação comercial.
- Enquadramento feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME) de duas de nossas subsidiárias, Ferreira Gomes Energia S.A. e Transnorte Energia S.A. como projetos prioritários. Com isso, tais empresas se qualificam para receber recursos das debêntures de infraestrutura, no âmbito da Lei 12.431/2012.

Nos números regulatórios:

- Receita Líquida no 3T12 foi de R$ 271,4 milhões 6,4% superior aos R$ 255,0 milhões apurados no 3T11. No acumulado dos primeiros nove meses de 2012, a Receita Líquida teve crescimento de 17,1% comparado ao mesmo período de 2011.
- EBITDA atinge R$ 228,8 milhões no 3T12, 9,5% superior aos R$ 209,0 milhões registrados no 3T11; No Acumulado dos primeiros nove meses de 2012, o EBITDA teve um crescimento de 23,3% comparado ao mesmo período de 2011.
- Lucro Líquido atinge R$ 35,1 milhões no 3T12, 20,3% inferior aos R$ 44,0 milhões registrados no 3T11; No Acumulado dos primeiros nove meses de 2012, o Lucro Líquido teve um crescimento de 9,3 % comparado ao mesmo período de 2011.

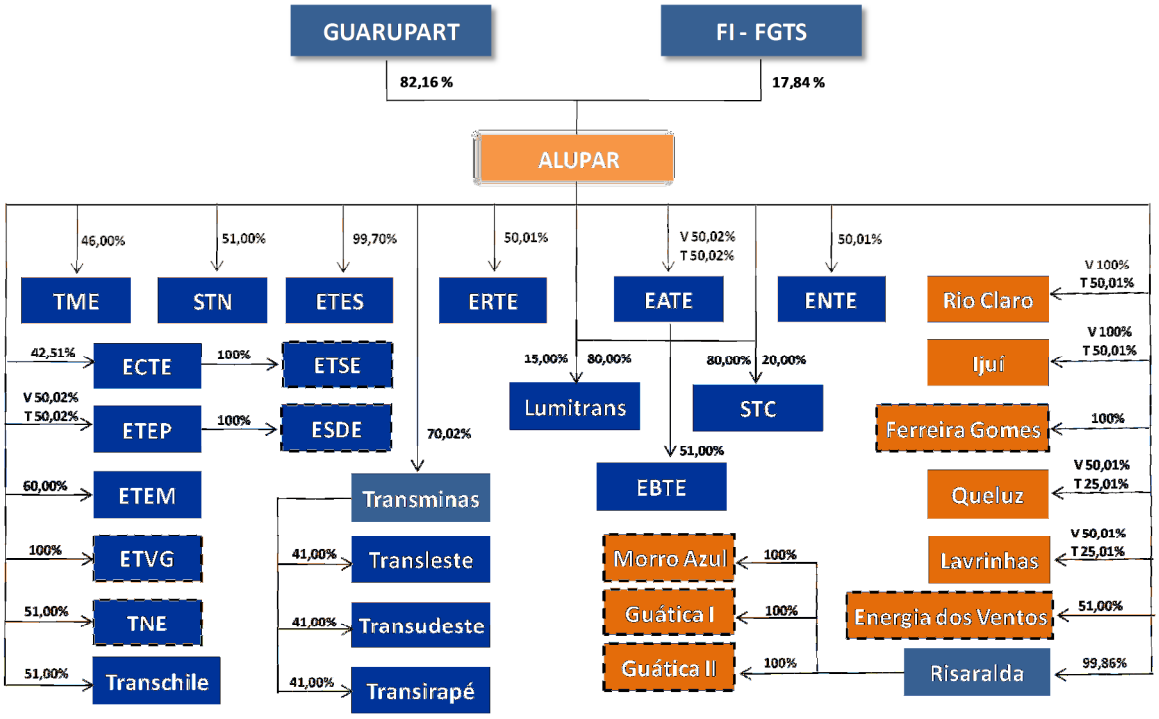
Nos números societários:

- Receita Líquida Ajustada no 3T12 foi de R$ 287,1 milhões 13,4% superior aos R$ 253,1 milhões apurados no 3T11. No acumulado dos primeiros nove meses de 2012, a Receita Líquida Ajustada teve crescimento de 16,6% comparado ao mesmo período de 2011.
- EBITDA atinge R$ 244,4 milhões no 3T12, 18,2% superior aos R$ 206,7 milhões registrados no 3T11; No Acumulado dos primeiros nove meses de 2012, o EBITDA teve um crescimento de 22,2% comparado ao mesmo período de 2011.
- Lucro Líquido atinge R$ 48,5 milhões no 3T12, 10,7% inferior aos R$ 54,4 milhões registrados no 3T11; No Acumulado dos primeiros nove meses de 2012, o Lucro Líquido teve um crescimento de 13,1% comparado ao mesmo período de 2011.

Visão Geral Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante no segmento de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é a maior de controle Nacional Privado.

Abaixo a estrutura societária da Companhia:



A expansão da Companhia é centrada em uma grande competência técnica, além de uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (ratings Aa2.br pela Moody's Investor Services e AA (bra) pela Fitch Ratings), bem como uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos preceitos, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

- Participação em leilões para os ativos de transmissão;
- Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs e Eólicas;
- Participação em leilões de UHEs; e
- Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina.

Transmissão

No segmento de transmissão de energia elétrica, possuímos participação em ativos no Brasil e no Chile. No Brasil, possuímos 19 concessões de transmissão de energia elétrica, sendo 15 operacionais e 4 em fase de construção, que possuem cronograma de entrada em operação comercial entre 2012 e 2015 Além disso, contamos com uma linha de transmissão no Chile. Dessa forma, consolidamos 5.665 km de linhas de transmissão, sendo 5.464 km no Brasil e 200 km no Chile.

Abaixo, seguem principais características dos sistemas de transmissão da Alupar:

	Ativos de Transmissão	Extensão	% Alupar	Reajuste	RAP / RBNI	Final da Concessão	Status
1	Tucuruí - Vila Conde (ETEP)	323 km	50,02%	IGP - M	R$ 72,8	jun-31	Operação
2	Tucuruí - Açailândia (ENTE)	464 km	50,01%	IGP - M	R$ 167,3	dez-32	Operação
3	Vila Conde - Santa Maria (ERTE)	179 km	50,01%	IGP - M	R$ 37,6	dez-32	Operação
4	Tucuruí - Presidente Dutra (EATE)	924 km	50,02%	IGP - M	R$ 319,7	jun-31	Operação
5	Campos Novos - Blumenau (ECTE)	253 km	42,51%	IGP - M	R$ 70,6	nov-30	Operação
6	Teresina - Fortaleza (STN)	541 km	51,00%	IGP - M	R$ 133,9	fev-34	Operação
7	Irapé - Montes Claros (Transleste)	150 km	28,71%	IGP - M	R$ 30,3	fev-34	Operação
8	Itutinga - Juíz de Fora (Transudeste)	140 km	28,71%	IGP - M	R$ 18,8	mar-35	Operação
9	Irapé - Araçuí (Transirapé)	65 km	28,71%	IGP - M	R$ 16,8	mar-35	Operação
10	Barra Grande - Lages - Rio Sul (STC)	195 km	60,02%	IPCA	R$ 30,1	abr-36	Operação
11	Machadinho - Campos Novos (Lumitrans)	51 km	55,02%	IGP - M	R$ 19,8	fev-34	Operação
12	Verona - Mascarenhas (ETES)	107 km	99,99%	IPCA	R$ 11,1	abr-37	Operação
13	Transchile	200 km	51,00%	CPI - USA	R$ 15,2	Vitalícia	Operação
14	Juba - Juína (EBTE)	775 km	25,51%	IPCA	R$ 34,0	out-38	Operação
15	Jauru - Cuiabá (TME)	348 km	46,00%	IPCA	R$ 33,4	nov-39	Operação
16	Subestação Santos Dummond (ESDE)	-	50,02%	IPCA	R$ 10,1	nov-39	Implantação
17	Nova Mutum - Nobres - Cuiabá (ETEM)	235 km	60,00%	IPCA	R$ 10,0	jul-40	Operação
18	Subestação Várzea Grande (ETVG)	-	99,99%	IPCA	R$ 3,4	dez-40	Implantação
19	Boa Vista - Equador - Lechuga (TNE)	715 km	51,00%	IPCA	R$ 126,3	jan-42	Implantação
20	Subestações Abdon Batista / Gaspar (ETSE)	-	42,51%	IPCA	R$ 14,8	mai-42	Implantação
	Total	**5.665 km**			**R$ 1.176**		

*Ciclo 2012 - 2013 - Em milhões de R$

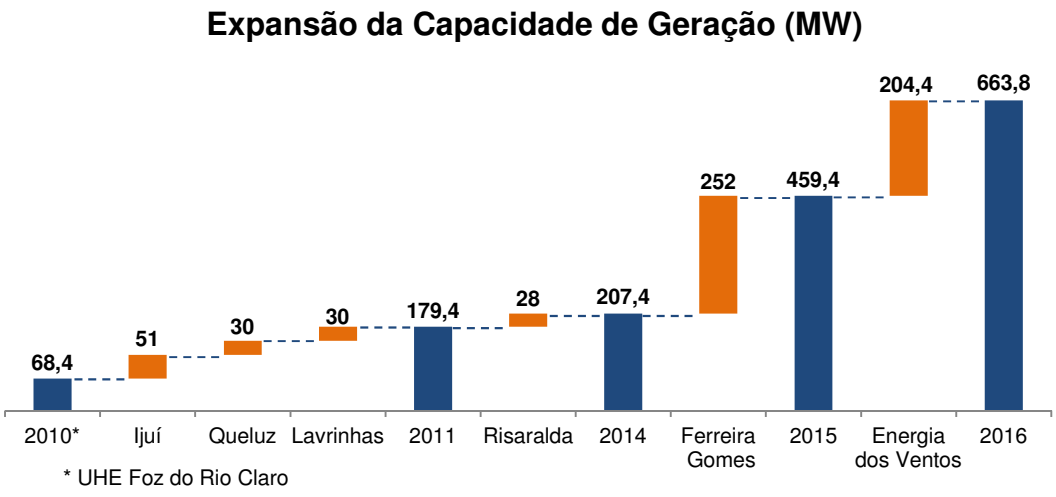
Geração

Também atuamos na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, e parques eólicos no Brasil e na Colômbia. Nosso portfólio de ativos em operação totaliza uma capacidade instalada de 179,4 MW em operação e 484,0 MW em construção, alem de mais de 2.000 MW em prospecção.

Abaixo, seguem principais características dos ativos de geração da Alupar.

Ativos de Geração	% Direta	Data Entrada em Operação	Final da Concessão	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Reajuste
Queluz	25,01%	ago-11	2034	30,0	21,0	IGP - M
Lavrinhas	25,01%	set-11	2034	30,0	21,0	IGP-M
Foz do Rio Claro	50,01%	ago-10	2041	68,4	41,0	IPCA
São José - Ijuí	50,01%	mar-11	2041	51,0	30,4	IPCA
Ferreira Gomes*	100,00%	jun-15	2045	252,0	150,2	IPCA
Energia dos Ventos	51,00%	jan-16	2047	204,0	100,5	IPCA
Risaralda	99,86%	jan-15	Vitalícia	28,0	16,8	-

Abaixo, segue evolução da capacidade de geração da Companhia



Segmento de Transmissão

Apresentamos abaixo os números combinados do segmento de Transmissão da Alupar. Salientamos que estes números refletem a soma de 100% dos números de cada uma de nossas subsidiárias de Transmissão, da mesma forma que está apresentada na Nota Explicativa 25 de “Informações por Segmento”.

Em razão das questões já comentadas entre as diferenças que ocorrem entre os números Regulatórios e Societários (vide “Notas” na página 2 deste Comentário), nosso foco na análise do segmento de transmissão é dado ao desempenho demonstrado pelos números Regulatórios, à exceção dos comentários feitos sobre as receitas e lucro nos números Societários.

Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	3T12	3T11	Var.	Var.%
Receita Bruta Ajustada	274,0	236,4	37,6	15,9%
Receita Líquida Ajustada	254,8	218,9	35,9	16,4%
Custos Operacionais Ajustados**	-20,2	-18,6	-1,6	8,5%
Despesas Operacionais	-9,1	-4,5	-4,6	102,0%
EBITDA	226,9	197,3	29,6	15,0%
Margem Ebitda Ajustada	89,0%	90,1%		-1,1%
Resultado Financeiro	-34,5	-35,8	1,3	-3,6%
Lucro Líquido	165,8	149,7	16,2	10,8%

Principais Indicadores "REGULATÓRIO"				
R$ MM	3T12	3T11	Var.	Var.%
Receita Bruta	255,8	235,5	20,3	8,6%
Receita Líquida	236,7	218,0	18,7	8,6%
Custos Operacionais	-46,3	-40,0	-6,3	15,9%
Despesas Operacionai	-9,1	-4,5	-4,6	102,2%
EBITDA	208,8	196,4	12,4	6,3%
Margem Ebitda	88,2%	90,1%		-1,9%
Resultado Financeiro	-34,5	-35,8	1,4	-3,9%
Lucro Líquido	126,6	123,1	3,4	2,8%

Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	9M12	9M11	Var.	Var.%
Receita Bruta Ajustada	800,2	700,4	99,8	14,3%
Receita Líquida Ajustada	745,9	652,6	93,3	14,3%
Custos Operacionais Ajustados**	-49,7	-47,1	-2,6	5,5%
Despesas Operacionais	-27,5	-24,7	-2,7	11,1%
EBITDA	670,8	582,4	88,4	15,2%
Margem Ebitda Ajustada	89,9%	89,2%		0,7%
Resultado Financeiro	-103,9	-94,5	-9,4	9,9%
Lucro Líquido	512,2	413,0	99,2	24,0%
Dívida Líquida	1.429,4	1.467,7	-38,3	-2,6%
Div. Líquida / EBITDA*	1,6	1,9	-0,3	-15,4%

Principais Indicadores "REGULATÓRIO"				
R$ MM	9M12	9M11	Var.	Var.%
Receita Bruta	735,6	639,5	96,1	15,0%
Receita Líquida	681,3	591,7	89,6	15,1%
Custos Operacionais	-125,0	-109,3	-15,8	14,4%
Despesas Operacionai	-27,5	-24,7	-2,8	11,3%
EBITDA	606,1	521,5	84,7	16,2%
Margem Ebitda	89,0%	88,1%		0,9%
Resultado Financeiro	-103,7	-94,5	-9,2	9,7%
Lucro Líquido	374,5	310,2	64,2	20,7%
Dívida Líquida	1.429,4	1.467,7	-38,3	-2,6%
Div. Líquida / EBITDA*	1,8	2,1	-0,3	-16,2%

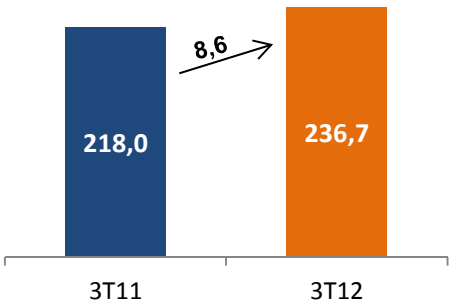
*EBITDA anualizado.

Abaixo, tabela da RAP – Receita Anual Permitida para os últimos três ciclos tarifários:

	CICLO 2010/2011	Variação 2010/2011 - 2011/2012	CICLO 2011/2012	Variação 2011/2012 - 2012/2013	Ciclo 2012/2013
(EM milhões de R$)					
EATE	279.353	9,8%	306.679	4,3%	319.748
ETEP	63.649	9,8%	69.869	4,3%	72.847
ENTE	142.335	12,7%	160.475	4,3%	167.314
ECTE	61.695	9,8%	67.724	4,3%	70.610
ERTE	31.981	12,6%	36.022	4,3%	37.557
STC	25.983	7,7%	27.989	7,4%	30.054
LUMITRANS	16.830	12,7%	18.975	4,3%	19.783
TRANSUDESTE	15.990	12,7%	18.028	4,3%	18.797
TRANSLESTE	25.799	12,7%	29.087	4,3%	30.326
TRANSIRAPE	13.722	14,8%	15.747	6,5%	16.767
ETES	10.314	8,1%	11.144	-0,1%	11.132
STN	113.885	12,7%	128.399	4,3%	133.871
EBTE	28.724	14,6%	32.920	3,4%	34.031
ETEM	8.752	9,3%	9.568	5,0%	10.046
TME	29.088	9,3%	31.801	5,0%	33.388
ESDE	8.798	9,3%	9.619	5,0%	10.099
ETVG	-	-	3.236	5,0%	3.398
TNE	-	-	-	-	126.266
ETSE	-	-	-	-	14.782
TOTAL	**876.898**	**11,4%**	**977.285**	**18,8%**	**1.160.816**

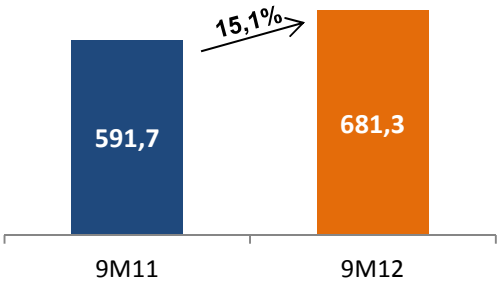
Análise do Desempenho Combinado na Transmissão – Regulatório

Receita Líquida (R$ milhões)

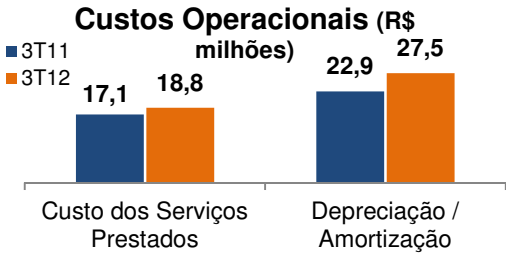


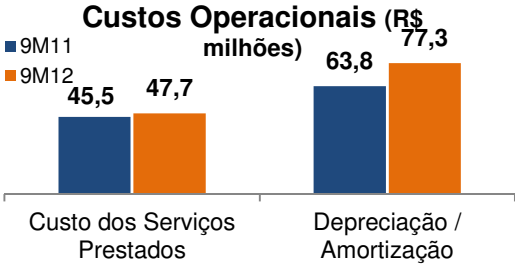
Variação positiva de 8,6%, devido à (i) entrada em operação das transmissoras ETEM e TME no 4T11 (4,3%); (ii) aquisição da Transchile no 3T12 (1,5%) e (iii) variações da RAP combinada (2,8%), conforme tabela acima.

Receita Líquida (R$ milhões)



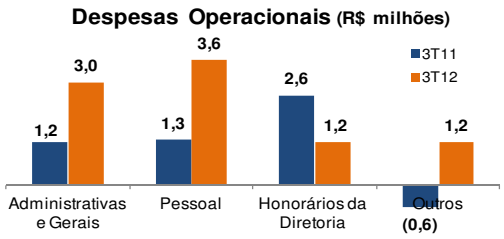
Variação positiva de 15,1%, devido à (i) entrada em operação das transmissoras ETEM e TME no 4T11 e EBTE no 2T11 (6%); (ii) aquisição da Transchile no 3T12 (0,6%) e (iii) variações da RAP combinada (8,4%).

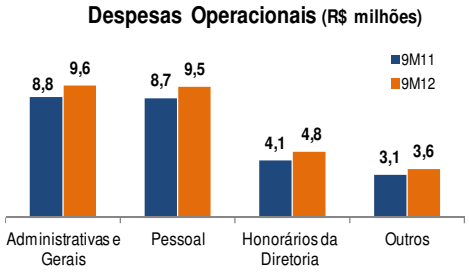




Aumento de 10,1% nos custos dos serviços prestados devido à entrada em operação das transmissoras ETEM e TME no 4T11 e aquisição da Transchile no 3T12.

Aumento de 4,8 % nos custos dos serviços prestados devido à entrada em operação das transmissoras ETEM e TME no 4T11; EBTE no 2T11 e aquisição da Transchile no 3T12. No caso da Transchile, o reflexo do custo é a partir de Jul/2012.

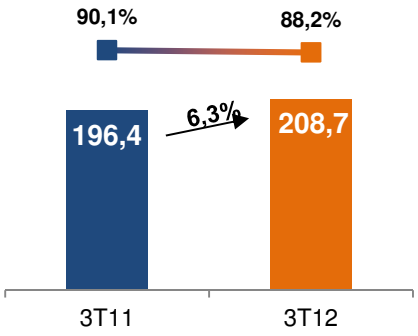




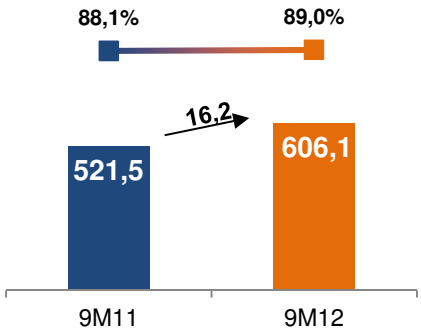
As despesas operacionais totalizaram R$ 9,1 milhões no 3T12 ante R$ 4,5 milhões no 3T11. Este aumento foi decorrente principalmente da (i) entrada em operação das transmissoras ETEM e TME no 4T11 (R$ 0,7 milhão), que durante a construção tinham suas despesas capitalizadas e após a entrada em operação passam a transitar pelo resultado; (ii) aquisição da Transchile no 3T12 (R$ 0,7 milhão) e (iii) reversão de algumas despesas Adm., Gerais e de Pessoalfeitas na EATE e EBTE no 3T11 (R$ 1,8 milhão).

Variação de 11,1% nas despesas operacionais, que totalizaram R$ 27,5 milhões no 9M12 ante R$ 24,7 milhões no 9M11.
Este crescimento foi decorrente da (i) entrada em operação das transmissoras EBTE (2T11) e ETEM e TME (4T11), que durante a construção tinham suas despesas capitalizadas e após a entrada em operação passam a transitar pelo resultado e (ii) aquisição da Transchile no 3T12.

EBITDA (R$ milhões) e Margem



EBITDA (R$ milhões) e Margem

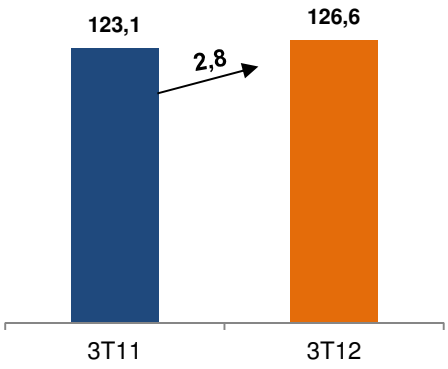


Variação positiva de 6,3% no valor do EBITDA, devido ao aumento da receita, conforme explicado anteriormente.
A queda na margem Ebitda é resultante do impacto das transmissoras que entraram em operação durante 2011 que ainda carregam alguns custos mais elevados da fase de implantação, e da aquisição da Transchile que possui margem EBTIDA em torno de 65%.

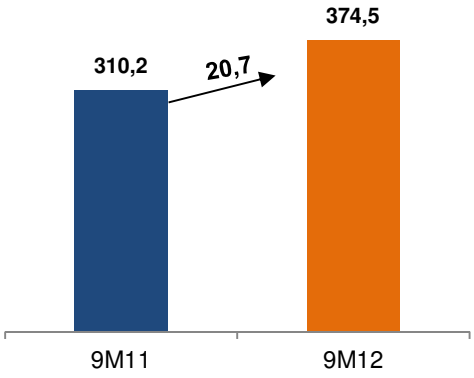
Variação positiva de 16,2% no EBITDA, devido ao aumento da receita, conforme explicado anteriormente.
A margem EBITDA ficou em linha com o 9M11, com um pequeno crescimento nos 9M12.

O Lucro do 3T12 totalizou R$ 126,9 milhões, 2,8% superior aos R$ 123,1 milhões apurados no 3T11. No acumulado dos 9 meses de 2012 o lucro totalizou R$ 374,5 milhões, 20,7% superior aos R$ 310,2 milhões apurados no 9M11.

Lucro Líquido (R$ milhões)



Lucro Líquido (R$ milhões)



Análise da Receita e Lucro Combinado na Transmissão – Societário (IFRS)

Com a adoção do IFRS, a Receita pela Disponibilização (RAP – PV) foi substituída por 3 novas receitas: Receita de Infraestrutura, Receita de Concessão de Transmissão (O&M) e Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão.

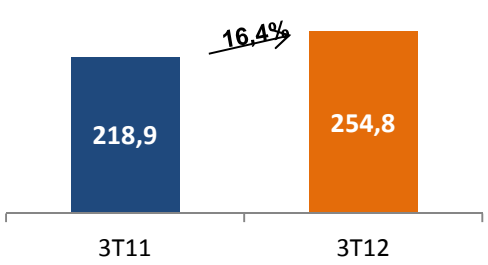
Receita de Infraestrutura	Receita de O&M	Remuneração do Ativo
Volume de investimento (CAPEX) efetuado nas empresas de transmissão	Receita que remunera os custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão	É o resultado da multiplicação da taxa de retorno de um determin ativo de transmissão pe saldo do seu ativo finan

Dessa forma, o balanço das empresas de transmissão passou a apresentar uma conta de Ativo Financeiro, a qual tem a sua movimentação prevista conforme exemplo detalhado abaixo:

Ativo Financeiro em 30/06/2012
+
Receita de Infraestrutura entre 01/07/2012 e 30/09/2012
+
Remuneração do Ativo Financeiro entre 01/07/2012 e 30/09/2012
+
Receita de O&M entre 01/07/2012 e 30/09/2012
-
RAP entre 01/07/2012 e 30/09/2012
-
Caso exista, Valor Residual recebido entre 01/07/2012 e 30/09/2012
=
Ativo Financeiro em 30/09/2012

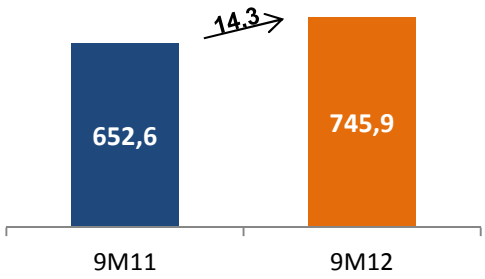
Nota sobre valor residual: caso exista entrada de recursos na companhia, relacionada a uma possível indenização ocorrida pelo advento do término da concessão, este valor também é redutor do Ativo Financeiro. No caso da Alupar, nossas subsidiárias possuem o 1º vencimento da concessão em prazo muito longo, sendo o vencimento mais próximo em nov/30.

Receita Líquida Ajustada (R$ milhões)



Crescimento de 16,4 % ma Receita Líquida Ajustada, devido principalmente à entrada em operação da ETEM e TME no 4T11 e da aquisição da Transchile em setembro/2012.

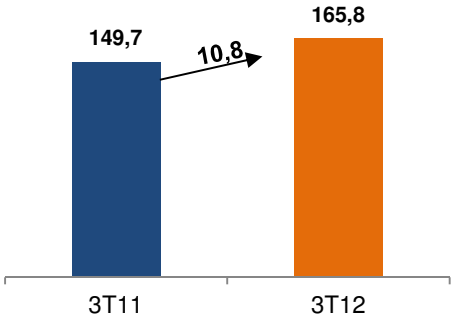
Receita Líquida Ajustada (R$ milhões)



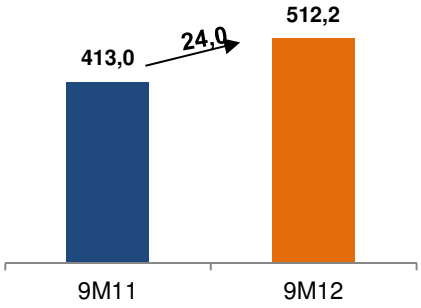
Crescimento de 14,3 % ma Receita Líquida Ajustada, devido principalmente à entrada em operação da ETEM e TME no 4T11 e da aquisição da Transchile em setembro/2012.

O Lucro do 3T12 totalizou R$ 165,8 milhões, 10,8% superior aos R$ 149,7 milhões apurados no 3T11. No acumulado dos 9 meses de 2012 o lucro totalizou R$ 512,2 milhões, 24,0% superior aos R$ 413,0 milhões apurados no 9M11.

Lucro Líquido (R$ milhões)

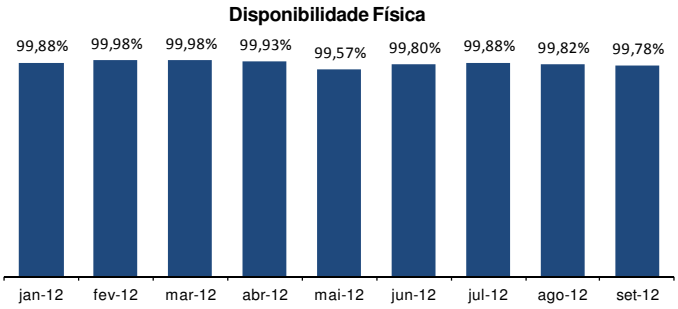


Lucro Líquido (R$ milhões)



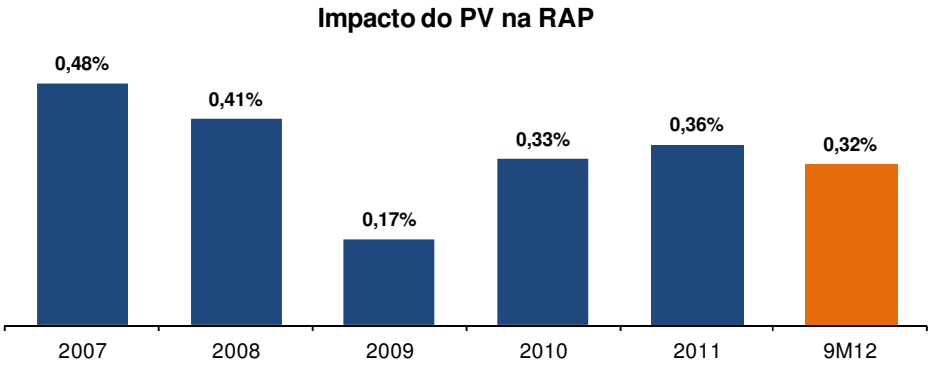
Indicadores Operacionais -Transmissão

As transmissoras da Companhia apresentaram um desempenho operacional consistente ao longo de 2012, mantendo a disponibilidade física superior a 99,8 no acumulado dos 9 meses do ano, conforme gráfico abaixo:



A disponibilidade física da linha é um indicador operacional, que demonstra o % de horas que a linha ficou disponível ao longo de um determinado período.

O gráfico abaixo demonstra a parcela variável consolidada das transmissoras da Alupar, que é o indicador que mostra o impacto da indisponibilidade na receita das empresas.



Segmento de Geração

Apresentamos abaixo os números combinados do segmento de Geração da Alupar. Salientamos que estes números refletem a soma de 100% dos números de cada uma de nossas subsidiárias de Geração, da mesma forma que está apresentada na Nota Explicativa 25 de “Informações por Segmento”.

No nosso segmento de Geração, diferentemente do nosso segmento de Transmissão, os efeitos da adoção do ICPC 01 nos números societários não trazem efeitos materiais em relação aos números regulatórios. Dessa forma, nossa análise abaixo é feita levando em conta o desempenho demonstrado pelos próprios números Societários.

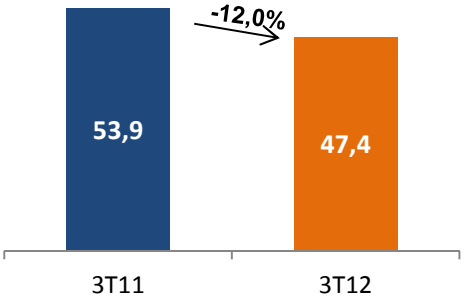
Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	3T12	3T11	Var.	Var.%
Receita Bruta	47,0	53,9	-6,9	-12,7%
Receita Líquida	43,1	49,0	-5,9	-12,1%
Custos Operacionais	-9,3	-17,9	8,6	-47,9%
Despesas Operacionais	-9,4	-11,4	2,0	-17,8%
EBITDA	32,9	29,8	3,1	10,3%
Margem Ebitda	76,4%	60,8%		15,6%
Resultado Financeiro	-12,9	-12,4	-0,5	4,0%
Lucro Líquido	10,8	5,0	5,8	116,6%

Principais Indicadores "SOCIETÁRIO (IFRS)"				
R$ MM	9M12	9M11	Var.	Var.%
Receita Bruta	132,4	120,9	11,5	9,5%
Receita Líquida	121,8	109,8	12,0	11,0%
Custos Operacionais	-46,2	-55,4	9,2	-16,6%
Despesas Operacionais	-32,3	-26,3	-6,0	22,8%
EBITDA	67,3	42,2	25,1	59,5%
Margem Ebitda	55,2%	38,4%		16,8%
Resultado Financeiro	-41,1	-26,2	-14,9	56,8%
Lucro Líquido	0,4	-1,3	1,7	-126,8%
Dívida Líquida	1.040,2	801,5	238,7	29,8%
Div. Líquida / EBITDA*	11,6	14,3	-2,7	-18,7%

* EBITDA anualizado

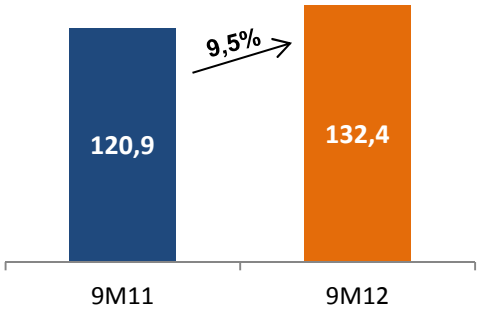
Análise do Desempenho Combinado na Geração – Societário (IFRS)

Receita Bruta (R$ milhões)



Queda de 12,0% na Receita de Suprimento, visto que no 3T11 Ijuí obteve R$ 13,5 milhões de receita extraordinária naquele período, decorrente do afastamento dos efeitos da Resolução Normativa nº 165 da ANEEL. Normalizando este efeito, teríamos um crescimento de 17,3% das receitas do trimestre, principalmente devido ao efeito de duas operações de sazonalização de energia feitas em Foz e Ijuí, gerando no total R$ 5,6 milhões em receitas.

Receita Bruta (R$ milhões)

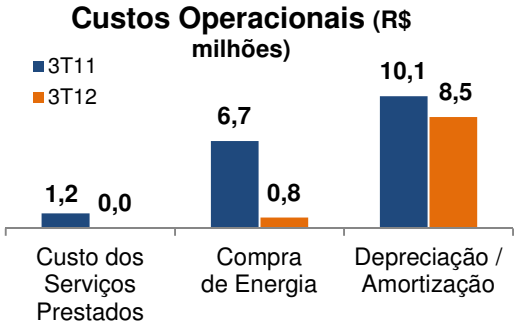


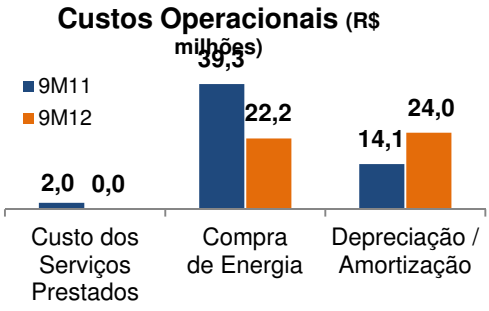
Aumento de 9,5% na Receita de Suprimento de Energia, decorrente de (i) reajustes contratuais dos preços de energia vendida e (ii) venda no mercado livre de 56,5 GWh ao preço de R$ 54,99, gerando uma receita adicional de R$ 3,1 milhões em Foz do Rio Claro e de 44,7 GWh ao preço de R$ 55,0, gerando uma receita adicional de R$ 2,5 milhões em Ijuí.

Segue abaixo abertura do faturamento das geradoras:

	Foz		Ijuí		Queluz		Lavrinhas	
	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11
Contrato bilateral – ACL (GWh)	-	-	-	-	46,4	46,4	46,4	46,4
Contrato bilateral – ACL (Preço Médio – R$/Mwh)	-	-	-	-	199,25	192,25	199,25	192,25
Contrato Sazonalização – ACL (GWh)	56,5	-	44,7	-		4		
Contrato Sazonalização – ACL (Preço Médio – R$/Mw	54,99	-	54,98	-		83,08		
Contrato – ACR (GWh)	85,1	84,4	64,8	64,9	-	-	-	-
Contrato – ACR (Preço Médio – R$/Mwh)	146,23	138,33	150,62	148,83	-	-	-	-
MRE / SPOT	0,3	-0,1	-	0,1	0,3	-	-0,1	-
Outros Ajuste / Impostos	-	-	-	13,7	0,1	0,3	0,2	0,3
Receita de Suprimento de Energia (R$ MM)	**15,8**	**11,6**	**12,2**	**23,5**	**9,7**	**9,6**	**9,3**	**9,2**

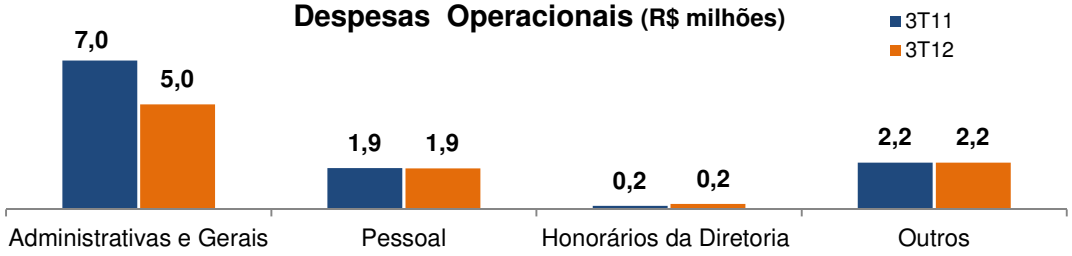
	Foz		Ijuí		Queluz		Lavrinhas	
	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11
Contrato bilateral – ACL (GWh)		-	-	-	138,1	137,6	138,1	137,6
Contrato bilateral – ACL (Preço Médio – R$/Mwh)		-	-	-	196,17	184,15	196,17	184,15
Contrato Sazonalização – ACL (GWh)	56,5	-	44,7	-	11,2	4	8,9	-
Contrato Sazonalização – ACL (Preço Médio – R$/Mw	54,99	-	55	-	111,92	83,1	95,65	-
Contrato – ACR (GWh)	253,7	283,5	194,9	128,8	-	-	-	-
Contrato – ACR (Preço Médio – R$/Mwh)	143,55	120,43	153,84	152,55	-	-	-	-
MRE / SPOT	2,3	0,3	0,2	0,3	0,9	-	-0,2	-
Outros Ajuste / Impostos	-	-	-	13,7	0,4	1,1	0,5	0,7
Receita de Suprimento de Energia (R$ MM)	**41,8**	**34,4**	**32,6**	**33,7**	**29,7**	**26,7**	**28,2**	**26,1**



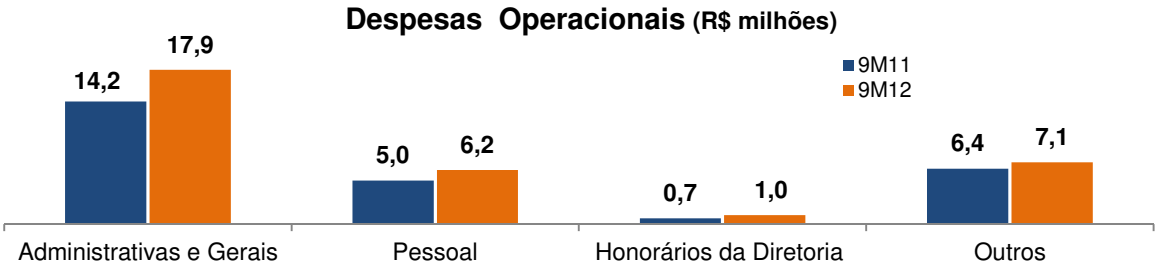


Redução de 87,6% no custo de compra de energia, decorrente da entrada em operação da 2ª turbina das PCHs Queluz e Lavrinhas,

Redução de 43,4% no custo de compra de energia decorrente principalmente da entrada em operação das geradoras Ijuí (1T11), Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11). Contudo, a segunda metade da potência de Lavrinhas e de Queluz (15 MW cada) só entrou em operação em mai/12 e jul/12, respectivamente, ainda gerando compra de energia durante o primeiro semestre de 2012.

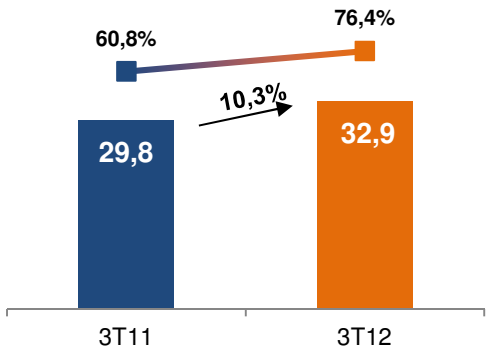


Redução de 29,5% nas **despesas administrativas e gerais**, basicamente pelo efeito combinado de um forte programa de redução de despesas em Foz do Rio Claro e Ijuí ocorrida ao longo do ano e com grande reflexo no 3T12; e como consequência do final das obras dessas mesmas usinas, cujas despesas operacionais de 2011 ainda continham pagamentos relacionados aos trabalhos da fase de construção.



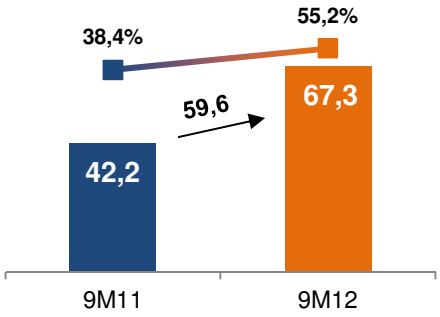
Aumento de 25,9% nas **despesas administrativas e gerais** e 23,9% nas despesas de **pessoal**, Apesar da forte redução de despesas ocorrida no 3T12 (vide explicação acima), quando analisamos os números acumulados dos 9 meses, este efeito é anulado em razão da entrada em operação comercial das PCHs Queluz e Lavrinhas que durante a implantação tinham estas despesas capitalizadas e após a entrada em operação passaram a transitar pelo resultado.

EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA (%)



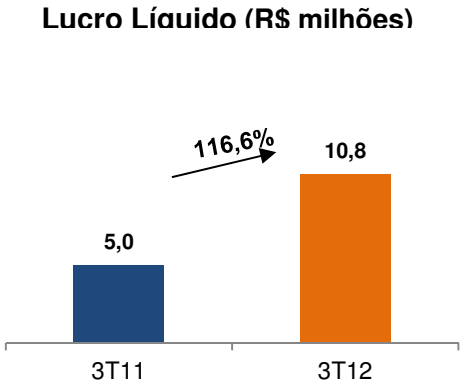
Variação positiva de 10,3% no EBITDA e 15,5% na margem ebitda, devido principalmente a queda de 87,6% no custo de compra de energia.

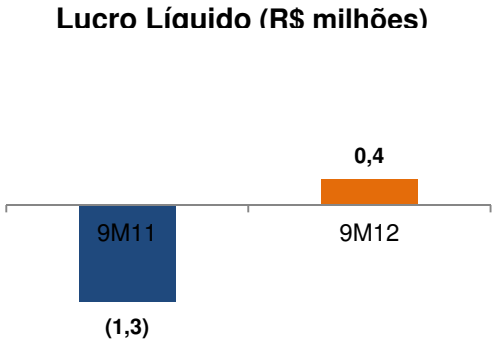
EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA



Variação positiva de 59,6% no EBITDA e 16,8% na margem ebitda, devido principalmente a (i) aumento de 9,5% na receita e (ii) a queda de 43,4% no custo de compra de energia.

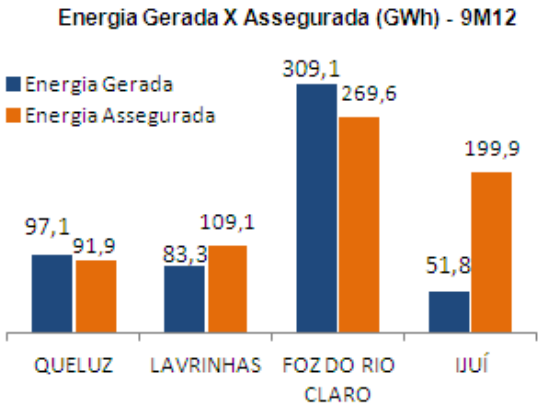
O Lucro do 3T12 totalizou R$ 10,8 milhões, 116,6% superior aos R$ 5,0 milhões apurados no 3T11. No acumulado dos 9 meses de 2012 o lucro totalizou R$ 0,4 milhões, ante R$ (1,3) milhões apurados no 9M11.

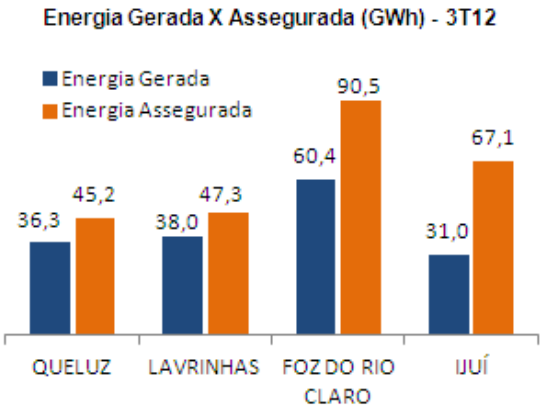




Abaixo a energia gerada no acumulado dos 9 meses de 2012 e no 3T12 em cada uma das geradoras da Companhia

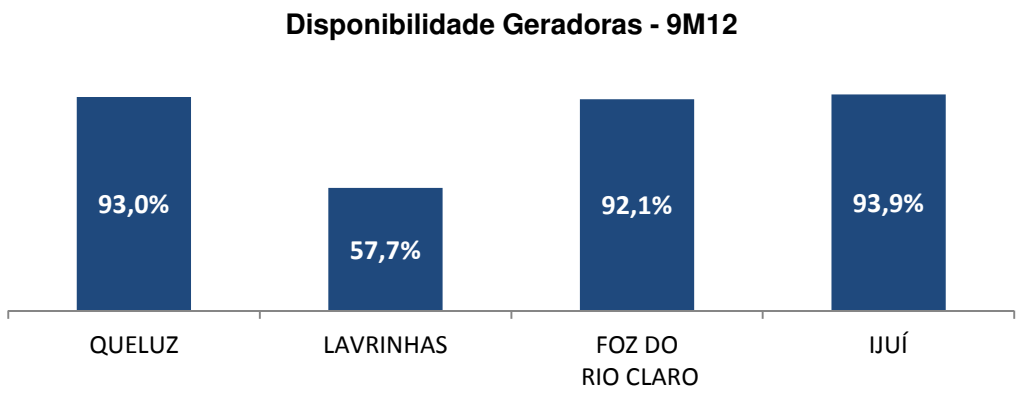
Indicadores Operacionais – Geração





Durante os meses de Abril/2012 a Julho/2012, o estado do Rio Grande do Sul, local onde se localiza a usina de Ijuí, enfrentou um período severo de seca, fato que prejudicou a sua geração efetiva tanto no acumulado dos 9M12 quanto no 3T12. No caso de Foz do Rio Claro, o período de seca foi mais intenso no 3T12. Em ambos os casos, as empresas se valeram do mecanismo do MRE (todas as nossas UHEs e PCHs fazem parte do MRE), no caso de déficit ou superávit (Foz do Rio Claro) de geração de energia elétrica.

Os gráficos abaixo, demonstram a disponibilidade nos 9 meses de 2012:

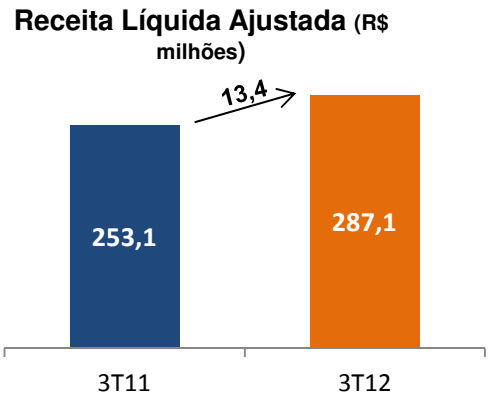


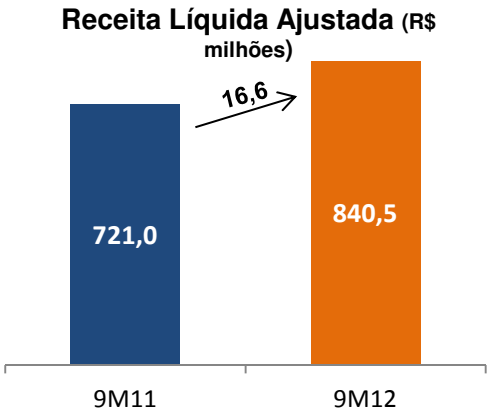
Consolidado – IFRS

1. Receita Operacional

A Alupar e suas subsidiárias auferiram Receita Líquida Ajustada de R$ 287,1 milhões no 3T12, representando um crescimento de 13,4% ante os R$ 253,1 milhões registrados no 3T11. No acumulado de Janeiro a Setembro de 2012 a Receita Líquida Ajustada atingiu R$ 840,5 milhões, um crescimento de 16,6%, em relação aos R$ 721,0 milhões do mesmo período de 2011. Quando analisamos a Receita Líquida Total da Companhia, verificamos que no 3T12 houve uma redução de 1,4% em relação ao 3T11 e no acumulado dos primeiros nove meses de 2012, um aumento de 3,6%, ante o mesmo período do ano anterior. Contudo esse aumento/redução de receita bruta se deve unicamente pelo fato de que, de acordo com as normas do IFRS, todo volume de investimentos (Capex) efetuados pelas nossas empresas de transmissão são contabilizados como receita. Por se tratar de investimentos e não ter nenhum efeito no resultado da Companhia (o mesmo valor da receita é excluído no Custo dos serviços Prestados), por razões analíticas, desconsideramos esse efeito nas receitas da Companhia, conforme detalhado abaixo:

Ajustada (R$ MM)						
	3T12	3T11	Var. %	9M12	9M11	Var. %
Receita de Transmissão de Energia	32,9	22,4	47,0%	83,6	69,9	19,6%
Receita de Infraestrutura	19,8	58,3	-66,1%	87,9	175,1	-49,8%
Remuneração do Ativo de Concessão	229,4	198,3	15,7%	687,6	586,6	17,2%
Suprimento de Energia	47,0	53,9	-12,7%	132,4	120,9	9,5%
Receita Bruta - IFRS	329,1	332,8	-1,1%	991,5	952,4	4,1%
Deduções	22,2	21,4	3,6%	63,1	56,3	11,9%
Receita Líquida - IFRS	306,9	311,4	-1,4	928,4	896,1	3,6%
Exclusão da Receita de Infraestrutura	19,8	58,3	-66,1%	87,9	175,1	-49,8%
Receita Bruta Ajustada	309,3	274,5	12,7%	903,6	777,4	16,2%
Receita Líquida Ajustada	287,1	253,1	13,4%	840,5	721,0	16,6%





3T12 A variação positiva de 13,4% ocorrida na Receita Líquida Ajustada no 3T12 é explicada:

- Pelo aumento de 12,7% da Receita Bruta Ajustada, decorrente (i) do aumento de 15,7% da Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, totalizando R$ 229,4 milhões no 3T12. Da aumento de 15,7%, cerca de 5,8 pontos percentuais refere-se à consolidação integral da ECTE durante 2012; (ii) pelo aumento de 47,0% na Receita de Cocessão de Transmissão, devido pela a entrada em operação das transmissoras ETEM, TME, EBTE, pela aquisição da Transchile em Setembro/2012 e da consolidação integral da ECTE em 201; e (iii) pela queda de 12,7% na Receita de Suprimento de Energia, principalmente na usina Ijuí, que totalizou R$ 12,2 milhões no 3T12 ante R$ 23,5 milhões no 3T11.

Quando analisamos a Receita Líquida (IFRS), verificamos que esta atingiu R$ 306,9 milhões no 3T12, uma variação negativa de 1,4% se comparado aos R$ 311,4 milhões registrados no 3T11. Esta variação é explicada, alem dos fatores mencionados acima pela redução de R$ 38,5 milhões na Receita de Infraestrutura. Para mais informações sobre as variações na Receita de Infraestrutura (CAPEX), favor, verificar o item “investimentos” mais adiante.

9M12 A variação positiva de 16,6% ocorrida na Receita Líquida Ajustada no acumulado dos primeiros nove meses de 2012 é explicada:

- Pelo aumento de 16,2% na Receita Bruta Ajusrtada, decorrente (i) do aumento 17,2% da Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, totalizando R$ 687,6 milhões no 9M12. Do aumento de de 17,2%, cerca de 4,7 pontos percentuais refere-se a consolidação integral da ECTE durante 2012; (ii) pelo aumento de 19,6% na Receita de Cocessão de Transmissão, totalizando R$ 83,6 milhões no 9M12 devido a entrada em operação das transmissoras ETEM, TME, EBTE, da aquisição da Transchile em Setembro/2012 e da consolidação integral da ECTE em 2012; e (iii) aumento de 9,5% da Receita de Suprimento de Energia totalizando R$ 132,4 milhões no 9M12, ante R$ 120,9 milhões no 9M11, conforme explicado anteriormente na seção “Segmento de Geração”

Quando analisamos a Receita Líquida (IFRS), verificamos que esta atingiu R$ 928,4 milhões no 9M12, uma variação positiva de 3,6% se comparado aos R$ 896,1 milhões registrados no 9M11. Esta variação é explicada, alem dos fatores mencionados acima pela redução de R$ 87,2 milhões na Receita de Infraestrutura. Para mais informações sobre as variações na Receita de Infraestrutura (CAPEX), favor, verificar o item “investimentos” mais adiante.

2. Custos

2.1 No 3T12, os Custos Operacionais fecharam em R$ 48,0 milhões, 48,6% abaixo dos R$ 93,3 milhões apurados no 3T11.

Custos Operacionais R$ (MM)			
	3T12	3T11	Var. %
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	18,0	16,8	7,6%
Energia Comprada para Revenda	0,8	6,7	-87,6%
Custo de Infraestrutura	19,8	58,3	-66,0%
Depreciação / Amortização	9,3	11,6	-19,2%
Total	**48,0**	**93,3**	**-48,6%**

Essa variação ocorrida no período é explicada principalmente:

- Pela redução de R$ 38,5 milhões no Custo de Infraestrutura (investimentos), que atingiu R$ 19,8 milhões no 3T12, contra R$ 58,3 milhões apurados no 3T11. Conforme já comentado no item 1, vide comentários na seção Investimentos.
- Pela redução de R$ 5,9 milhões no custo de Energia Comprada para Revenda, conforme explicado anteriormente na seção "Segmento de Geração".
- O custo caixa no 3T12, excluindo o custo de infraestrutura (investimentos) e a depreciação / amortização representou 6,6% da receita líquida ajustada (R$ 18,9 milhões), inferior ao custo caixa do 3T11 que foi de 9,3% da receita líquida ajustada (R$ 23,4 milhões).

2.2 No 9M12, os Custos Operacionais fecharam em R$ 181,2 milhões, 34,3% inferior aos R$ 275,8 milhões apurados no mesmo período de 2011.

Custos Operacionais R$ (MM)			
	9M12	9M11	Var. %
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	45,6	45,7	-0,3%
Energia Comprada para Revenda	22,2	39,3	-43,4%
Custo de Infraestrutura	87,9	175,1	-49,8%
Depreciação / Amortização	25,4	15,6	62,8%
Total	**181,2**	**275,8**	**-34,3%**

Essa variação ocorrida no período é explicada principalmente:

- Pela redução de R$ 87,2 milhões no Custo de Infraestrutura (investimentos), que totalizou R$ 87,9 milhões no 9M12, ante R$ 175,1 milhões apurados no 9M11. Conforme já comentado no item 1, vide comentários na seção Investimentos.
- Pela redução de R$ 17,1 milhões no custo de Energia Comprada para Revenda, conforme explicado anteriormente na seção "Segmento de Geração".
- O custo caixa nos 9M12, excluindo o custo de infraestrutura (investimentos) e a depreciação / amortização foi equivalente a 8,1% da receita líquida ajustada (R$ 67,9 milhões), inferior ao custo caixa dos 9M11 que representou 11,8% da receita líquida ajustada do período (R$ 85,1 milhões).

3. Despesas Operacionais

3.1 No 3T12, as Despesas Operacionais totalizaram em R$ 23,9 milhões, 3,9% superior aos R$ 23,0 milhões apurados no mesmo período de 2011.

Despesas Operacionais R$ (MM)			
	3T12	3T11	Var. %
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	9,4	11,1	-15,7%
Pessoal	8,4	5,6	49,7%
Honorários da Diretoria e Administração	2,9	4,0	-29,5%
Outros	3,3	2,3	47,1%
Total	**23,9**	**23,0**	**3,9%**

Essa variação ocorrida no período é explicada principalmente pelo efeito combinado da redução de despesas operacionais ocasionadas em Foz do Rio Claro e Ijuí, somado ao aumento das despesas operacionais com a entrada em operação de diversos ativos de geração e transmissão.

3.2 No 9M12, as Despesas Operacionais totalizaram em R$ 78,9 milhões, 15,7% superior aos R$ 68,2 milhões apurados no 9M11.

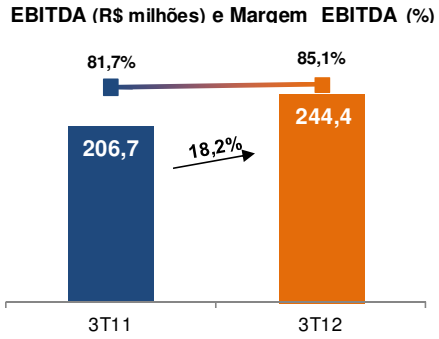
Despesas Operacionais R$ (MM)			
	9M12	9M11	Var. %
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	32,8	29,0	13,1%
Pessoal	22,7	20,7	9,5%
Honorários da Diretoria e Administração	11,8	9,2	28,7%
Outros	11,6	9,2	25,3%
Total	**78,9**	**68,2**	**15,7%**

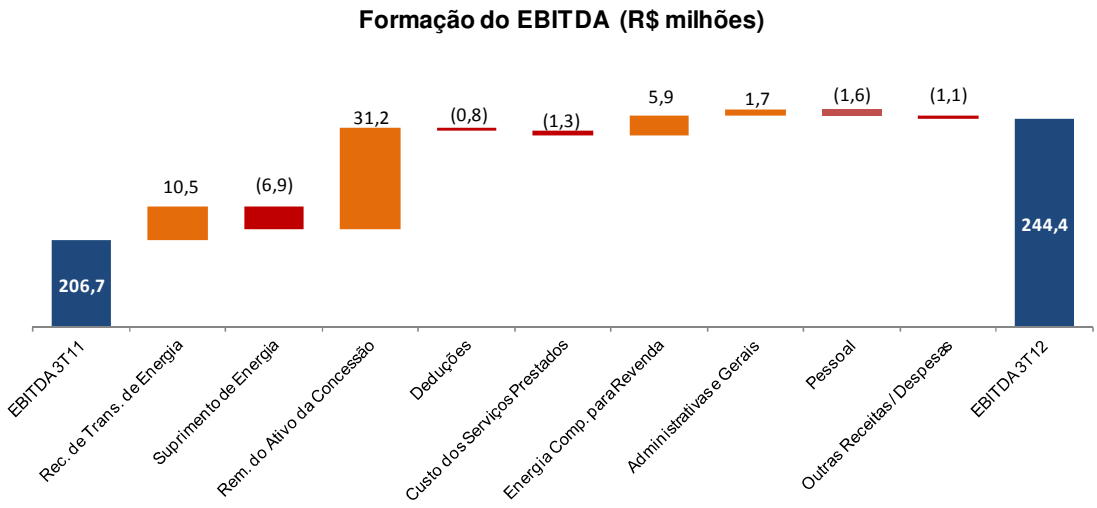
Essa variação ocorrida no período é explicada principalmente pela entrada em operação comercial de diversos ativos de geração e transmissão, conforme já comentado.

4. EBITDA

3T12 No 3T12, o EBITDA alcançou R$ 244,4 milhões, com crescimento de 18,2% se comparado aos R$ 206,7 milhões registrados no 3T11. Já a Margem de EBITDA Ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 85,1% no 3T12, comparada a uma Margem de EBITDA Ajustada de 81,7% no 3T11. Esta variação é decorrente principalmente do (i) aumento de 13,4% da Receita Líquida Ajustada, que registrou R$ 287,1 milhões no 3T12, R$ 34 milhões superior aos R$ 253,1 milhões registrados no 3T11; (ii) redução de R$ 4,5 milhões no custo caixa do período.

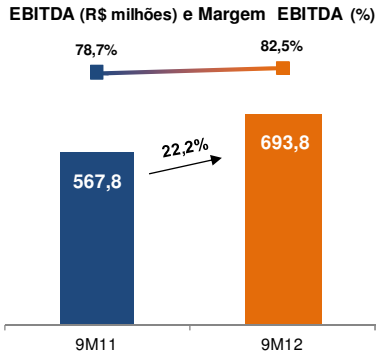
EBITDA (R$ MM)			
	3T12	3T11	Var. %
Receita Bruta Ajustada	309,3	274,5	12,7%
Deduções	22,2	21,4	3,6%
Receita Líquida Ajustada	287,1	253,1	13,4%
Custos Operacionais	(18,9)	(23,4)	-19,6%
Despesas Operacionais	(23,9)	(23,0)	3,9%
EBITDA	244,4	206,7	18,2%
Margem EBITDA	85,1%	81,7%	3,5%

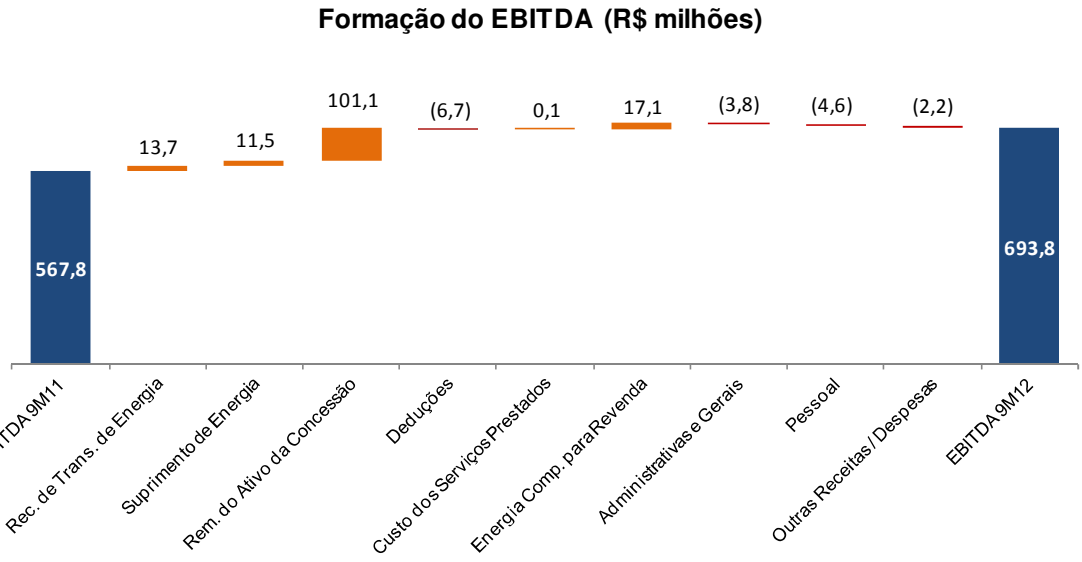




9M12 No 9M12, o EBITDA alcançou R$ 693,8 milhões, com crescimento de 22,2% se comparado aos R$ 567,8 milhões registrados no 9M11. Já a Margem de EBITDA Ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 82,5% no 9M12, comparada a uma Margem de EBITDA ajustada de 78,7% no 9M11. Esta variação é decorrente principalmente (i) do aumento de 16,6% da Receita Líquida Ajustada, que atingiu R$ 840,5 milhões nos 9M12, ante R$ 721,0 milhões no 9M11; (ii) da queda de R$ 17,3 milhões nos custos, principalmente a queda no custo de energia comprada para revenda que reduziu 43,4%, totalizando R$ 22,2 milhões no 9M12, ante R$ 39,3 milhões registrado no 9M11; parcialmente anulada pelo aumento de R$ 10,7 milhões das despesas operacionais.

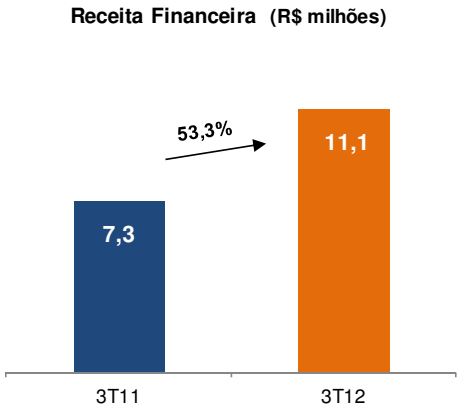
EBITDA (R$ MM)			
	9M12	9M11	Var. %
Receita Bruta Ajustada	903,6	777,4	16,2%
Deduções	63,1	56,3	11,9%
Receita Líquida Ajustada	840,5	721,0	16,6%
Custos Operacionais	(67,8)	(85,1)	-20,2%
Despesas Operacionais	(78,9)	(68,2)	15,7%
EBITDA	693,8	567,8	22,2%
Margem EBITDA	82,5%	78,7%	3,8%

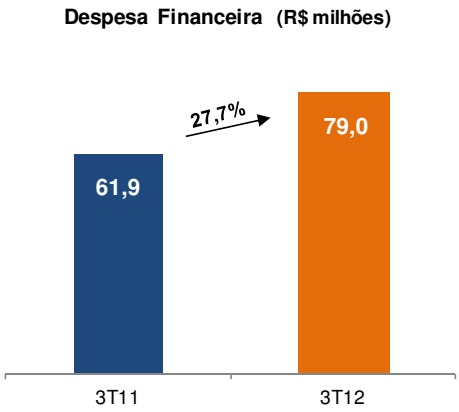




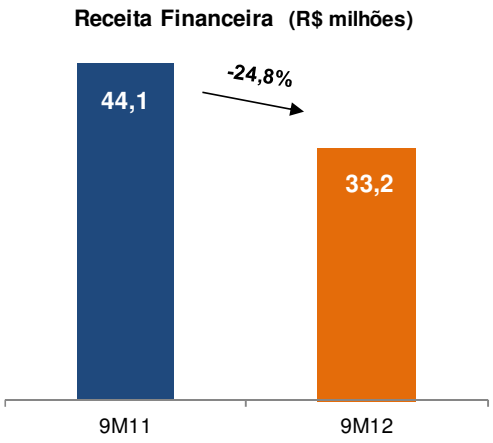
5. Resultados Financeiros

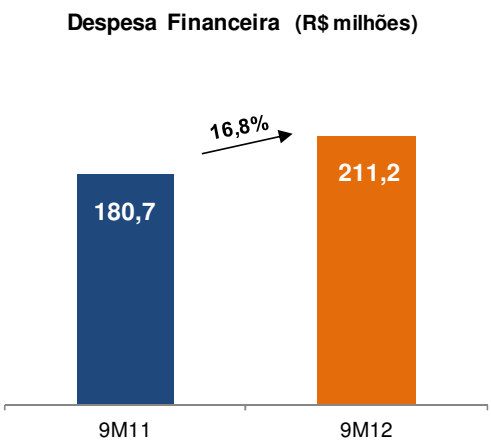
3T12 No 3T12, os Resultados Financeiros atingiram R$ -67,9 milhões ante R$ -54,6 milhões no 3T11, o que representa uma variação negativa de 24,3%. Esta variação decorre principalmente do aumento das despesas financeiras, que totalizaram R$ 79,0 milhões no 3T12 ante R$ 61,9 milhões no 3T11, e é explicada pela (i) entrada em operação das transmissoras ETEM e TME, que passam a ter as despesas contabilizadas no resultado; (ii) aquisição da Transchile, que tem um financiamento de longo prazo, (iii) consolidação integral da ECTE em 2012; e (iv) do aumento da divida bruta da holding em R$ 380 milhões, principalmente por uma emissão de debêntures de R$ 300 milhões com prazo total de 15 anos.





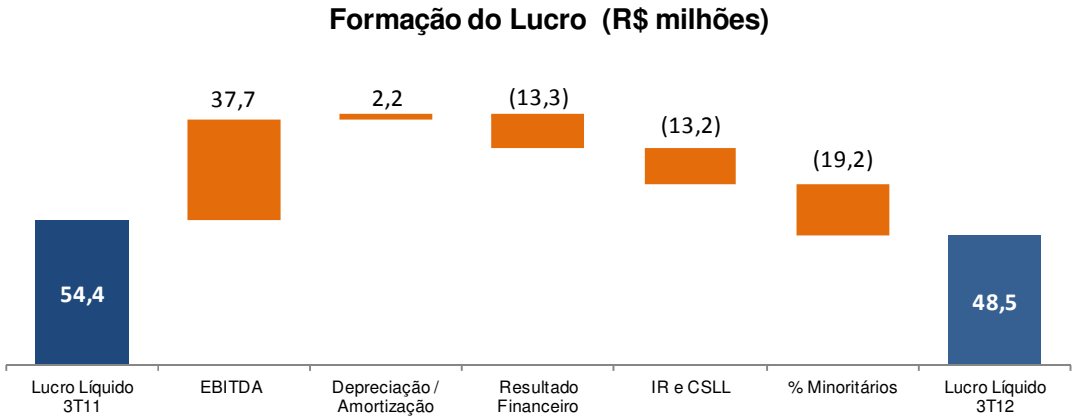
9M12 NNo 9M12, os Resultados Financeiros atingiram R$ -178,0 milhões ante R$ -136,6 milhões no 9M11, o que representa uma variação negativa de 30,3%. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento nas despesas financeiras, que totalizaram R$ 211,2 milhões no 9M12 ante R$ 180,7 milhões no 9M11 e é explicada pela (I) entrada em operação das usinas Ijuí (1T11), Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11) e das transmissoras EBTE (2T11), ETEM (4T11) e TME (4T11) as despesas financeiras, que eram capitalizadas durante a construção, passaram a ser contabilizadas no resultado após a entrada em operação; (ii) aquisição da Transchile, que tem um financiamento de longo prazo, (iii) consolidação integral da ECTE em 2012; e (iv) do aumento da divida bruta da holding em R$ 380 milhões, principalmente por uma emissão de debêntures de R$ 300 milhões com prazo total de 15 anos.



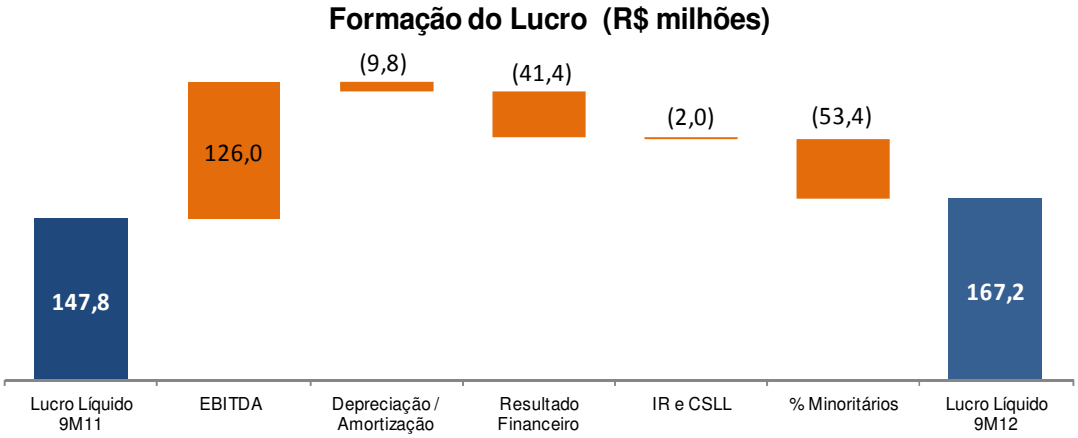


6. Lucro Líquido

6.1 O lucro líquido no 3T12 totalizou R$ 48,5 milhões, 10,7% inferior aos R$ 54,4 milhões obtidos no 3T11.



6.2 No 9M12 o lucro líquido totalizou R$ 167,2 milhões, 13,1% superior aos R$ 147,8 milhões obtidos no mesmo período de 2011.



7. Investimentos

No 3T12, foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 96,8 milhões em nossas empresas, sendo R$ 19,8 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 74,9 milhões no segmento de geração e R$ 2,1 milhões na prospecção de novos negócios ante R$ 200,6 milhões registrados no mesmo período de 2011, quando R$ 58,3 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 131,4 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 10,9 milhões na prospecção de novos negócios.

No 9M12, foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 329,9 milhões em nossas empresas, sendo R$ 87,9 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 230,9 milhões no segmento de geração e R$ 11,0 milhões na prospecção de novos negócios ante R$ 468,9 milhões registrados no mesmo período de 2011, quando R$ 175,1 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 273,3 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 20,5 milhões na prospecção de novos negócios.

A redução no nosso volume de investimentos, evidenciada tanto no 3T12 quanto nos 9M12, reflete a finalização de vários projetos de geração e transmissão que foram entrando em operação ao longo de 2011 e 2012, tais como: Ijuí, EBTE, ETEM, TME, Lavrinhas e Queluz. Durante o ano de 2012, o ativo com maior volume de investimentos é a UHE de Ferreira Gomes.

Investimentos (R$ MM)		
	3T12	3T11
Transmissão	**19,8**	**58,3**
TME	0,7	18,1
ETEM	1,3	19,3
EBTE	2,3	6,5
ESDE	5,2	4,2
ETVG	3,4	2,4
ETSE	0,9	0
TNE	2,1	0
OUTROS	3,9	7,8
Geração	**74,9**	**131,4**
Ferreira Gomes	72,7	89,4
Outros	2,2	42
Holding	**2,1**	**10,9**
Total	**96,8**	**200,6**

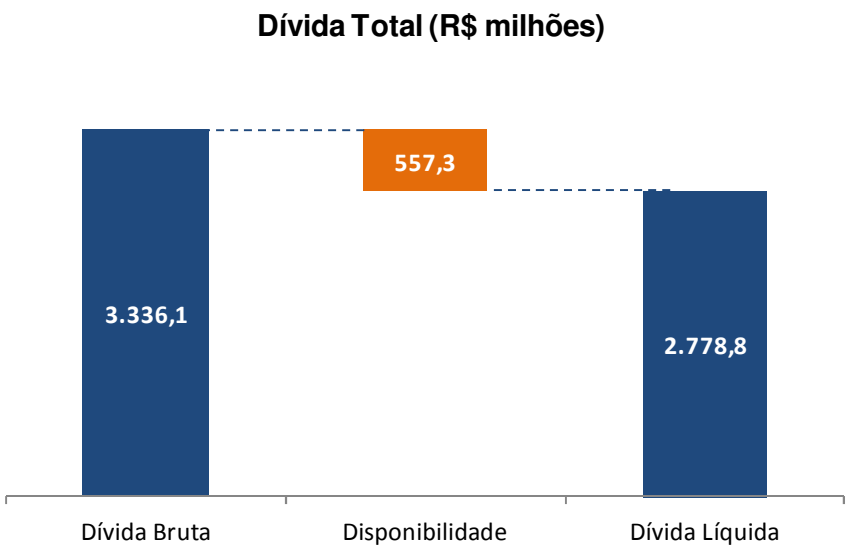
Investimentos (R$ MM)		
	9M12	9M11
Transmissão	**87,9**	**175,1**
TME	2,7	63
ETEM	6,2	64,4
EBTE	4,7	29,1
ESDE	12,6	4,8
ETVG	17,4	2,4
ETSE	0,9	0
TNE	10,7	0
OUTROS	32,7	11,4
Geração	**230,9**	**273,3**
Ferreira Gomes	225,1	162
Outros	5,8	111,3
Holding	**11**	**20,5**
Total	**329,9**	**468,9**



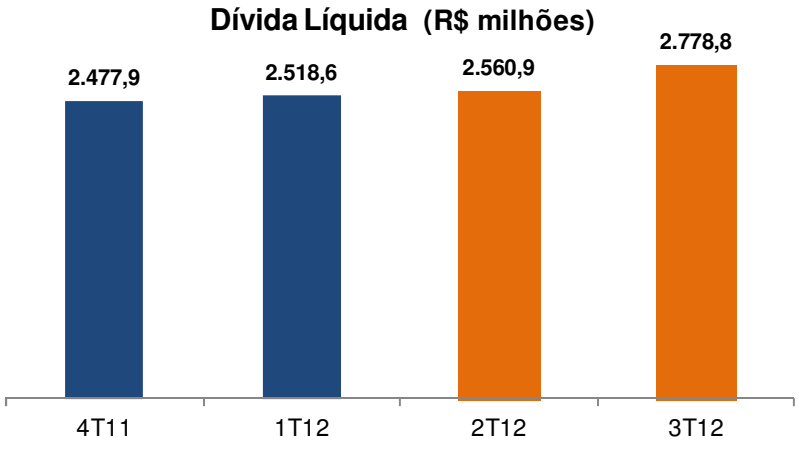


8. Endividamento

A dívida bruta da Alupar e suas subsidiárias totalizaram R$ 3.336,1 milhões no 9M12, 17,7% ou R$ 501,1 milhões superior aos R$ 2.834,9 apurados ao final de 2011,

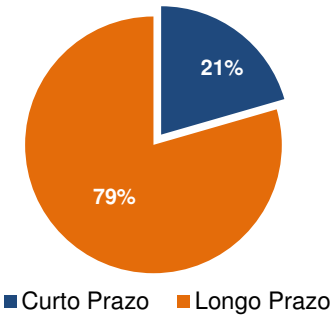


A dívida liquida registrada no 9M12 foi de R$ 2.778,8 milhões, 12,1% superior aos R$ 2.477,9 milhões registrados em dez/2011.

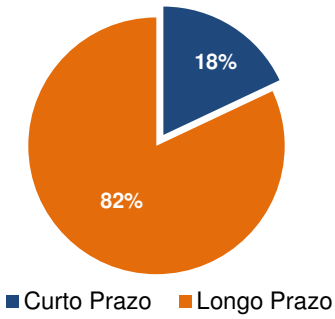


A dívida de curto prazo registrada no 9M12 foi de R$ 600,6 milhões, 3,3% superior aos R$ 581,6 milhões registrados em dezembro de 2011, desta forma, a dívida de curto prazo representa 18% do endividamento total da Companhia, 3% inferior aos 21% registrado em dez/2011.

Perfil da Dívida Consolidada 2011



Perfil da Dívida Consolidada 9M12



No 9M12 as disponibilidades da Alupar e suas subsidiárias somavam R$ 557,3 milhões, R$ 200,2 milhões superior aos R$ 357,1 milhões registrados no fim de 2011. Esta variação é explicada pela IV e V emissões de debêntures da Alupar Holding em fev/2012 e jun/2012, nos valores de R$ 150,0 milhões e R$ 300,0 milhões respectivamente.

Da dívida consolidada, R$ 1.634,5 milhões referem-se a empréstimos de longo prazo para projetos de infraestrutura (project finance) junto a bancos de fomento, sendo a maior parte destes empréstimos, R$ 1.189,3 junto ao BNDES, a taxa de TJLP + spread médio de 3%.

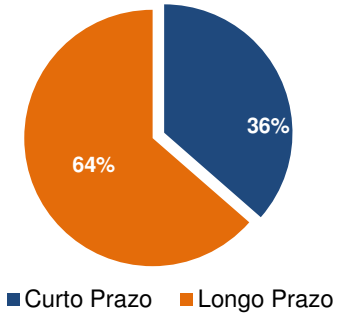
Da divida bruta consolidada de R$ 3.336,1 milhões, R$ 430,5 milhões referem-se a projetos em implantação, sendo a maior parte (R$ 398,2 milhões) referente à Ferreira Gomes. Deste valor, R$ 416,3 milhões são referentes a empréstimos ponte de até 2 anos e que serão convertidos em dívidas de longo prazo. Dos empréstimos ponte, R$ 18,1 milhões estão na transmissora ESDE e R$ 400,0 milhões em Ferreira Gomes, por meio de duas emissões de debêntures (R$ 370,2 milhões) e um empréstimo junto ao banco Sumitomo (29,8 milhões). Do total dos empréstimos ponte, a parcela que se encontra no curto prazo é de R$ 216,9 milhões, o que representa 36,1% do total da dívida de curto prazo de R$ 600,6 milhões.

As emissões de debêntures correspondem a R$ 1.701,6 milhões ou 51,0% do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R$ 796,0 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP e Ferreira Gomes representam um saldo de R$ 905,6 milhões.

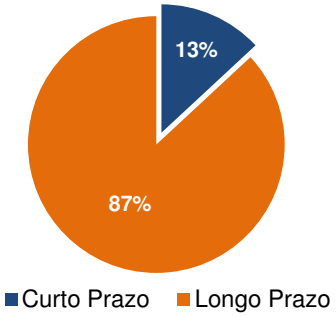
Apenas R$ 53,4 milhões ou 1,6% do total da dívida são referentes à moeda estrangeira, sendo R$ 14,3 milhões referentes a encargos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R$ 39,1 milhões referentes a um empréstimo de longo prazo, junto ao BID, para a construção da Transchile.

Na controladora Alupar a dívida de curto prazo representa 13% do endividamento total ante 36% registrados em dez/2011.

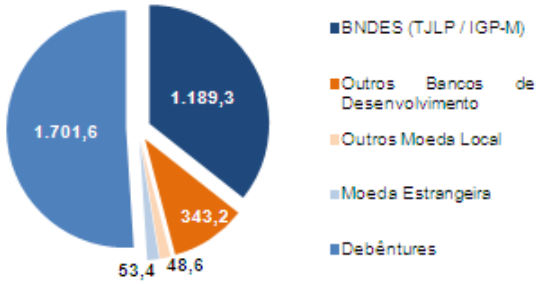
Perfil da Dívida Controladora 2011



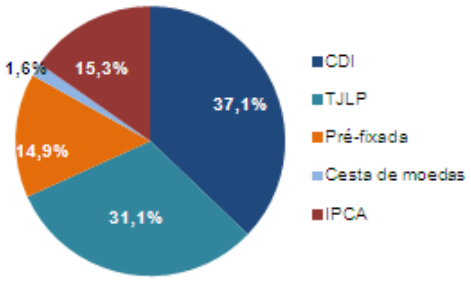
Perfil da Dívida Controladora 9M12



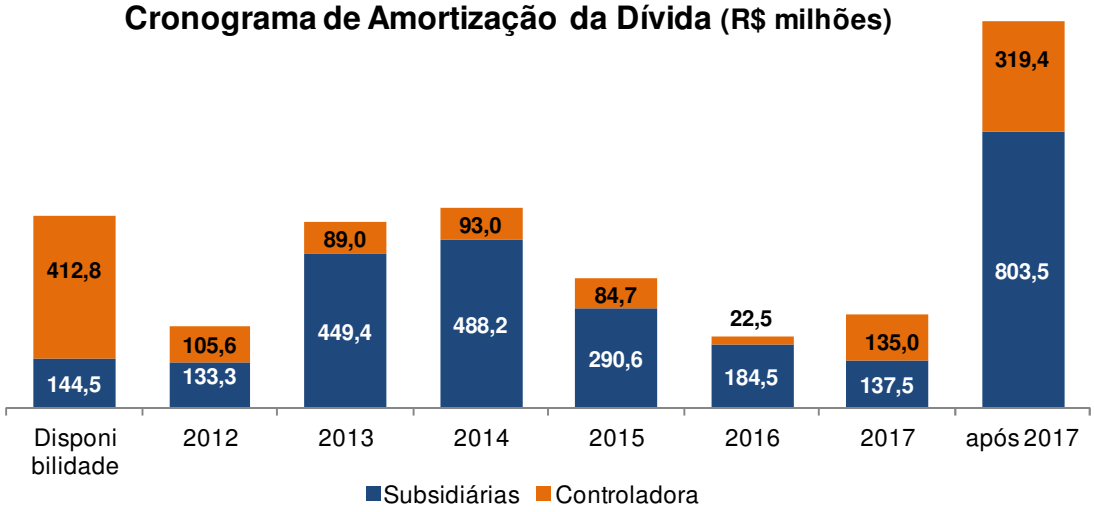
Composição da Dívida (Em R$ mil)



Dívida Bruta por Indexador (%)



Cronograma de Amortização da Dívida (R$ milhões)



O perfil da dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, principalmente quando levamos em consideração que a curva de amortização acima referente às nossas subsidiárias está "inflada" nos anos de 2013 e 2014 em cerca de R$ 200 milhões em cada ano, devido aos empréstimos ponte tomados pelos projetos em implantação. Esses empréstimos ponte, ao se transformarem em dívidas de longo prazo produzirão uma amortização média anual de cerca de R$ 30 milhões a partir de 2016.

ERNST & YOUNG TERCO

Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

ERNST & YOUNG TERCO

Reapresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme comentado na nota explicativa 2, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012 que foram anteriormente arquivadas na CVM em 13 de novembro de 2012. Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas com o objetivo de atender às exigências de divulgação requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários no Ofício/CVM/SRE/SEP/Nº 89/2012 de 14 de dezembro de 2012 e não requerem modificações em nosso relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias, emitidas anteriormente.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativo					
Circulante		**474.308**	**235.243**	**1.867.661**	**1.500.212**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	983	729	52.427	26.543
Investimento de curto prazo	**4**	411.814	19.958	501.273	152.545
Títulos e valores mobiliários	**5**	-	170.535	3.589	177.967
Contas a receber de clientes	**6**	-	-	131.489	119.865
Partes relacionadas	**23**	41.472	24.332	-	-
Impostos a compensar	**7**	17.184	17.245	58.732	59.370
Adiantamento a fornecedores		1.058	934	71.354	42.232
Estoques			-	23.088	21.441
Despesas pagas antecipadamente		84	24	1.100	941
Cauções e depósitos judiciais	**15**	-	-	434	302
Ativo financeiro da concessão	**8**	-	-	1.000.008	880.725
Outros ativos		1.713	1.486	24.167	18.281
Não circulante		**2.067.636**	**1.816.095**	**5.402.022**	**4.910.511**
Partes relacionadas	**23**	16.736	278.499	-	-
Títulos e valores mobiliários	**5**	-	-	96.009	87.762
Impostos a compensar	**7**	-	-	21.309	32.170
Tributos e contribuições sociais diferidos	**7**	-	-	2.056	228
Cauções e depósitos judiciais	**15**	1.683	1.599	6.996	6.862
Ativo financeiro da concessão	**8**	-	-	3.170.159	3.025.272
Outros ativos		-	-	17.373	7.967
Investimentos	**9**	1.954.143	1.451.347	5.687	5.756
Imobilizado	**10**	1.866	1.688	1.925.421	1.631.325
Intangível	**11**	93.208	82.962	157.012	113.169
Ativo total		**2.541.944**	**2.051.338**	**7.269.683**	**6.410.723**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Passivo					
Circulante		**114.998**	**221.691**	**958.177**	**918.682**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**14**	111.172	168.978	600.550	581.601
Fornecedores		1.922	2.091	85.546	57.606
Salários, férias e encargos sociais		183	1.302	1.769	8.967
Tributos e contribuições sociais a recolher	**12**	53	1.605	85.147	84.193
Provisões de constituição dos ativos	**13**	-	-	34.892	53.379
Dividendos a pagar	**23**	-	47.553	49.218	78.942
Provisão para gastos ambientais		-	-	10.258	10.072
Taxas regulamentares e setoriais		-	-	31.143	25.843
Provisões para litígios	**15**	-	-	5.413	48
Outras obrigações		1.668	162	54.241	18.031
Não circulante		**739.686**	**296.514**	**3.200.602**	**2.678.720**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**14**	738.003	294.915	2.735.504	2.253.323
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	23.580	16.575
Tributos e contribuições sociais diferido	**12**	-	-	377.447	332.793
Provisões para litígios	**15**	1.683	1.599	5.561	5.917
Adiantamento de clientes		-	-	7.335	18.271
Provisões de constituição dos ativos		-	-	25.501	-
Outras obrigações		-	-	25.674	51.841
Patrimônio líquido		**1.687.260**	**1.533.133**	**1.687.260**	**1.533.133**
Capital social	**16**	804.001	804.001	804.001	804.001
Reserva de capital	**16**	71.876	84.946	71.876	84.946
Reservas de lucros	**16**	811.383	644.186	811.383	644.186
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.423.644	1.280.188
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		**1.687.260**	**1.533.133**	**3.110.904**	**2.813.321**
Passivo total		**2.541.944**	**2.051.338**	**7.269.683**	**6.410.723**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados
Trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Controladora				Consolidado			
	Nota	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011 (reapresentado)	01/01/2011 a 30/09/2011 (reapresentado)	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011 (reapresentado)	01/01/2011 a 30/09/2011 (reapresentado)
Receita Bruta									
Sistema de transmissão de energia		-	-	-	-	282.088	859.108	278.925	831.532
Sistema de geração de energia		-	-	-	-	47.000	132.358	53.868	120.902
	18	**-**	**-**	**-**	**-**	**329.088**	**991.466**	**332.793**	**952.434**
Deduções	**18**	**-**	**-**	**-**		**(22.188)**	**(63.055)**	**(21.409)**	**(56.333)**
Receita operacional líquida	**18**	**-**	**-**	**-**	**-**	**306.900**	**928.411**	**311.384**	**896.101**
Custos operacionais									
Custo dos serviços prestados	**19**	-	-	-	-	(18.030)	(45.602)	(16.761)	(45.728)
Energia comprada para revenda		-	-	-	-	(829)	(22.244)	(6.683)	(39.335)
Custo de infraestrutura		-	-	-	-	(19.784)	(87.878)	(58.273)	(175.082)
Depreciação / amortização		-	-	-	-	(9.337)	(25.448)	(11.559)	(15.634)
		-	**-**	**-**	**-**	**(47.980)**	**(181.172)**	**(93.276)**	**(275.779)**
Lucro bruto		**-**	**-**	**-**	**-**	**258.920**	**747.239**	**218.108**	**620.322**
(Despesas) receitas operacionais									
Administrativas e gerais	**20**	(1.874)	(6.190)	(2.662)	(6.492)	(9.357)	(32.834)	(11.100)	(29.035)
Pessoal		(3.027)	(7.357)	(2.419)	(7.306)	(8.350)	(22.704)	(5.579)	(20.743)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(1.399)	(6.168)	(1.544)	(4.738)	(2.850)	(11.841)	(4.042)	(9.204)
Equivalência patrimonial	**9**	77.989	229.035	69.688	187.282	-	-	-	-
Outras receitas		27	112	19	122	86	179	37	159
Outras despesas		14	(1.081)	(3)	(24)	(3.419)	(11.732)	(2.303)	(9.377)
		71.730	**208.351**	**63.079**	**168.844**	**(23.890)**	**(78.932)**	**(22.987)**	**(68.200)**
Lucro antes do resultado financeiro		**71.730**	**208.351**	**63.079**	**168.844**	**235.030**	**668.307**	**195.121**	**552.122**
Despesas financeiras	**21**	(30.447)	(62.596)	(16.700)	(49.374)	(79.049)	(211.150)	(61.903)	(180.738)
Receitas financeiras	**21**	7.237	21.442	7.981	28.300	11.122	33.155	7.255	44.115
		(23.210)	**(41.154)**	**(8.719)**	**(21.074)**	**(67.927)**	**(177.995)**	**(54.648)**	**(136.623)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**48.520**	**167.197**	**54.360**	**147.770**	**167.103**	**490.312**	**140.473**	**415.499**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**22**	-	-	-	-	(24.729)	(64.060)	(18.993)	(55.959)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**22**	-	-	-	-	(10.083)	(23.721)	(2.573)	(29.824)
		-	-	-	-	(34.812)	(87.781)	(21.566)	(85.783)
Lucro líquido do período		**48.520**	**167.197**	**54.360**	**147.770**	**132.291**	**402.531**	**118.907**	**329.716**
Atribuível a:									
Participação de acionistas controladores		48.520	167.197	54.360	147.770	48.520	167.197	54.360	147.770
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	83.771	235.334	64.547	181.946
		48.520	**167.197**	**54.360**	**147.770**	**132.291**	**402.531**	**118.907**	**329.716**
Resultado por ação									
Básico e diluído - R$		**0,29602**	**1,02005**	**0,33165**	**0,90153**				
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**	**163.910**	**163.910**	**163.910**				

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados.
As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucro do período	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**804.001**	**-**	**22.628**	**478.584**	**-**	**1.305.213**	**1.086.465**	**2.391.678**
Lucro líquido do período	**17**	-	-	-	-	147.770	147.770	181.946	329.716
Deságio na aquisição de ações		-	86.821	-	-	-	86.821	-	86.821
Dividendos declarados a aconistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(132.560)	(132.560)
Aumento de capital em controladas de acionista não controladores		-	-	-	-	-	-	30.280	30.280
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	88.527	88.527
Saldos em 30 de setembro de 2011		**804.001**	**86.821**	**22.628**	**478.584**	**147.770**	**1.539.804**	**1.254.658**	**2.794.462**
Saldos em 31 de dezembro de 2011		**804.001**	**84.946**	**32.639**	**611.547**	**-**	**1.533.133**	**1.280.188**	**2.813.321**
Lucro líquido do período	**17**	-	-	-	-	167.197	167.197	235.334	402.531
Ágio na aquisição de ações		-	(13.070)	-	-	-	(13.070)	-	(13.070)
Dividendos declarados a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(130.042)	(130.042)
Juros sobre capital próprio a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(25.428)	(25.428)
Aumento de capital em controladas de acionista não controladores		-	-	-	-	-	-	3.304	3.304
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	60.288	60.288
Saldos em 30 de setembro de 2012		**804.001**	**71.876**	**32.639**	**611.547**	**167.197**	**1.687.260**	**1.423.644**	**3.110.904**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	167.197	147.770	490.312	415.499
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	561	362	26.013	19.779
Equivalência patrimonial	(229.035)	(187.282)	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	59.951	48.823	199.407	197.497
Receita de aplicações financeiras	(17.787)	(23.202)	(23.712)	(30.515)
Baixas do ativo imobilizado e intangível	53	29	564	38.311
	(19.060)	**(13.500)**	**692.584**	**640.571**
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber concessionárias e permissionárias	-	-	(8.090)	(38.387)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(146.032)	(219.835)
Partes relacionadas	-	-	(588)	(2.020)
Impostos a recuperar	2.857	(1.818)	11.852	(24.907)
Estoques	-	-	272	(1.531)
Adiantamento a fornecedores	(124)	762	(28.497)	(24.988)
Outros ativos	(287)	(167)	(4.403)	(20.797)
	2.446	**(1.223)**	**(175.486)**	**(332.465)**
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(169)	(721)	22.099	(6.066)
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	2.104	2.237
Salários, férias e encargos sociais	171	286	23	1.209
Contribuições e impostos a recolher	(1.552)	(1.235)	(71.509)	(53.069)
Provisões de constituição dos ativos	-	-	231	-
Outros passivos	156	59	(4.932)	42.095
	(1.394)	**(1.611)**	**(51.984)**	**(13.594)**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(18.008)**	**(16.334)**	**465.114**	**294.512**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(23.390)	(154.553)	-	-
Aquisição de controladas	(74.673)	-	(74.673)	(180.536)
Resgate de investimentos (aplicações financeiras)	488.574	477.800	910.202	1.597.972
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(692.108)	(306.348)	(1.052.407)	(1.410.073)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	128.664	197.111	-	-
Caixa adquirido em transação de capital	-	-	3.967	21
Aplicações no imobilizado	(587)	(619)	(229.493)	(272.817)
Aplicações no intangível	(10.451)	(19.882)	(20.547)	(20.959)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	**(183.971)**	**193.509**	**(462.951)**	**(286.392)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	1.337	217.861
Reserva para reinvestimentos	-	-	1.032	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(83.304)	(54.253)	-	478
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(47.553)	(47.771)	(184.476)	(257.620)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	450.375	13.986	876.278	820.464
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(117.285)	(93.651)	(670.450)	(792.544)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**202.233**	**(181.689)**	**23.721**	**(11.361)**
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**254**	**(4.514)**	**25.884**	**(3.241)**
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
Saldo no início do período	729	4.608	26.543	46.868
Saldo no final do periodo	983	94	52.427	43.627
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	**254**	**(4.514)**	**25.884**	**(3.241)**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011
Receitas				
Receita de concessão de transmissão	-	-	83.620	69.899
Receita de infra-estrutura	-	-	87.877	175.082
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	687.610	586.551
Suprimento de energia	-	-	132.358	120.902
Outras receitas	112	122	158	127
	112	122	991.623	952.561
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(22.244)	(39.496)
Custo de infra-estrutura	-	-	(87.877)	(175.082)
Serviços de terceiros	(2.116)	(4.435)	(49.022)	(50.838)
Materiais	(137)	(115)	(2.790)	(2.362)
Outros custos operacionais	(1.833)	(776)	(14.079)	(11.814)
	(4.086)	(5.326)	(176.012)	(279.592)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(561)	(364)	(25.897)	(16.070)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	229.035	187.282	-	-
Receita financeira	21.442	28.300	33.134	44.100
	250.477	215.582	33.134	44.100
Valor adicionado a distribuir	**245.942**	**210.014**	**822.848**	**700.999**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	9.652	8.709	31.842	26.272
Benefícios	924	799	5.140	5.060
Auxílio alimentação	262	215	1.306	973
Assistência médica	266	213	1.622	1.276
Vale transporte	4	21	27	33
Previdência privada	164	165	585	522
Outros	228	185	1.600	2.256
F.G.T.S	722	629	2.414	1.882
	11.298	10.137	39.396	33.214
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	3.592	2.108	163.126	150.600
INSS	2.227	1.906	7.735	6.474
Encargos do consumidor	-		27.811	24.519
Imposto de renda e contribuição social	-		64.487	55.980
PIS e COFINS	1.082	24	38.212	33.100
Contribuição sindical/patronal	80	64	342	205
CIDE	-	27	-	27
IR sobre remessa exterior	-	27	-	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	23.721	30.024
Outros impostos e taxas	203	60	818	244
Estaduais	35	21	1.000	1.873
ICMS	-	-	894	1.821
IPVA	35	21	106	52
Municipais	49	26	102	59
IPTU	49	26	101	62
Taxa de licenciamento	-	-	1	(3)
	3.676	2.155	164.228	152.532
Remuração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	60.912	48.862	199.728	168.096
Aluguéis	1.175	578	5.565	4.823
Outras despesas financeiras	1.684	512	11.400	12.618
	63.771	49.952	216.693	185.537
Remuneração de Capitais Próprios				
Reservas de lucros	167.197	147.770	167.197	147.770
Participação de acionistas não controladores	-	-	235.334	181.946
	167.197	147.770	402.531	329.716
	245.942	**210.014**	**822.848**	**700.999**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

1. Informações Gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP na Av. Dr. Cardoso de Melo, n. 1855, Bloco I, 9º andar, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possuía aproximadamente 5.665 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.950 km em operação e 715 km em fase pré-operacional, com voltagens entre 230 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão das controladas da Companhia tem prazo de concessão de 30 anos, e estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE). Em junho de 2012, o Banco Internacional de Desenvolvimento (“BID”) deu anuência para que a transação de compra e venda de ações da Transchile Charrúa Transmisión S.A. ("Transchile") fosse efetuado. Desta forma, a Companhia adquiriu 51% de participação acionária na Transchile, e que eram de titularidade da Guarupart Participações Ltda. ("Guarupart"), atual controladora da Alupar. A Transchile opera uma linha de transmissão de 200 km Temuco-Charrua, localizada no Chile (vide nota nº 16).

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

	Prazo da Concessão	
Empresas	**Início**	**Fim**
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	jun/01	jun/31
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	dez/02	dez/32
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	dez/02	dez/32
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	jun/01	jun/31
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE	nov/00	nov/30
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	fev/04	fev/34
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	fev/04	fev/34
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	mar/05	mar/35
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	mar/05	mar/35
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	abr/06	abr/36
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	fev/04	fev/34
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. - ETES	abr/07	abr/37
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	out/08	out/38
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	nov/09	nov/39
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (*)	nov/09	nov/39
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	jul/10	jul/40
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG (*)	dez/10	dez/40
Transnorte Energia S.A. - TNE (*)	jan/12	jan/42
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (*)	mai/12	mai/42
Transchile Charrúa Transmisión S.A. - Transchile	Não aplicável	

(*) Empresas pré-operacionais

Concessões de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão de 2 PCHs, 4 UHEs e 1 projeto eólico (10 parques eólicos), que totalizam 664 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, futuramente, nos Estados do Amapá (Ferreira Gomes) e Ceará (Eólicas).

A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP ("Risaralda"). A controlada Risaralda é uma empresa estabelecida na Colômbia e que detém a licença para exploração das PCHs Morro Azul, Guática I e Guática II, com potência instalada de 16 MW, 4 MW e 8 MW, respectivamente. A previsão é que estas usinas comecem a ser construídas entre 2012 e 2013 e estejam concluídas até 2015. O investimento será da ordem de US$ 70.000.000,00, sendo que a energia a ser gerada será negociada no mercado livre de energia da Colômbia.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

	Prazo da Concessão/ Autorização	
Empresas	**Início**	**Fim**
Foz do Rio Claro Energia S.A.	ago/06	ago/41
Ijuí Energia S.A.	ago/06	ago/41
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	abr/04	abr/34
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	abr/04	abr/34
Ferreira Gomes Energia S.A (*)	nov/10	nov/45
Energia dos Ventos I S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos II S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos III S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos IV S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos V S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos VI S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos VII S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos VIII S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos IX S.A. (*)	jul/12	jul/47
Energia dos Ventos X S.A. (*)	jul/12	jul/47
Genpower termoelétricas e participações S.A. (*)	Não aplicável	
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (*)	Não aplicável	

(*) Empresas pré-operacionais

Em março de 2012, a Companhia constituiu e empresa Boa Vista Participações S.A. (“Boas Vista”). A Boa Vista tem como objeto: i) geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia; ii) construção de reder de energia e sistemas elétricos; e iii) serviços de engenharia, consultoria e projetos na área do setor elétrico. O capital social da Boa Vista, totalmente subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2012 é de R$ 1, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Outras Geradoras

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações contábeis – "ITR" em 05 de novembro de 2012.

2.1. Aprimoramento das notas explicativas das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012

Estas informações trimestrais tiveram suas notas explicativas complementadas em relação às arquivadas em 13 de novembro de 2012 na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a fim de atender às orientações da CVM, conforme Ofício/CVM/SRE/SEP/N° 89/2012 de 14 de dezembro de 2012. As notas explicativas aprimoradas foram as notas 3, 4, 8, 10, 23 e 24. A nota explicativa 31 – Eventos subsequentes foi atualizada até a data de autorização para reapresentação das informações trimestrais. A autorização para reapresentação das informações trimestrais pela Administração ocorreu em 21 de feveriero de 2013.

2.2. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias ("informações contábeis") da Companhia, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, compreendem:

a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas *pela International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado".

b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Controladora" ou "Individuais".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012, porém, aplicados de forma retroativa a partir de 01 de janeiro de 2009, data de transição adotada pela Companhia. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.3. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

2.4. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, com exceção da controlada Transchile, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano (US$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30/09/2012	31/12/2011
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	Holding	80,00	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	99,99	99,99
Genpower termoelétricas e participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	99,86	99,86
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos V S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos VI S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos VII S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos IX S.A.	Geração	50,99	-
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	50,99	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETPE	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	Transmissão	45,02	42,51
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	Transmissão	60,00	60,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	Transmissão	46,00	46,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	Transmissão	100,00	100,00
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	Transmissão	20,00	20,00
Transnorte Energia S.A. - TNE	Transmissão	51,00	51,00
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Transmissão	51,00	-
ACE Comercializadora Ltda	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia	Serviços	100,00	100,00
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (*)	Transmissão	25,51	25,51
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (*)	Transmissão	40,02	40,02
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (*)	Transmissão	40,02	40,02
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (**)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (**)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (**)	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (***)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (****)	Transmissão	45,02	42,51

(*) Controladas diretamente pela Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE
(**) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.
(***) Controlada diretamente pela Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP
(****) Controlada diretamente pela Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas acima e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas, com exceção da Transudeste, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX, Energia dos Ventos X e Tranchile, que são consolidadas de forma proporcional. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, são destacadas na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio liquido.

3. Sumário das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

3.1 Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes em/ou após 01 de janeiro de 2013.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

IFRS 11 – Acordos de compartilhamento

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. Companhia espera que a adoção do IFRS 11 trará impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que o IFRS 11 elimina a escolha da política contábil existente de consolidação proporcional de empreendimentos controlados em conjunto. Com a adoção do IFRS 11 a equivalência patrimonial passará a ser obrigatória para os participantes de empreendimentos controlados em conjunto. Desta forma, a Companhia deixará de consolidar de forma proporcional as controladas Transudeste, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX, Energia dos Ventos X e Transchile.

IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

IAS 28 – Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013.

IAS 19 – Benefícios a empregados *(Employee Benefits)*

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

3.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação, em virtude de alguns direitos de veto de não controladores que são relevantes na fase pré-operacional, mas que perdem relevância na fase operacional.

A partir de 01 de janeiro de 2012 a Companhia passou a consolidar de forma integral a controlada ECTE. Este procedimento de consolidação passou a ser adotado em função do acordo de acionistas firmado entre a Companhia e a MDU Resources Luxemburgo II LLC ("MDU") prever que após a primeira transferência de ações a MDU obriga-se a votar em bloco com a Companhia em todas as matérias de Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias Não houve ajustes relevantes no valor justo dos ativos e passivos registrados e não foram identificados ativos intangíveis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e equivalente de caixa:				
Caixa	150	95	20.273	12.844
Aplicações financeiras	833	634	32.154	13.699
	983	729	52.427	26.543

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Investimento de curto prazo:				
Aplicações financeiras	48.911	19.762	138.370	152.349
Fundos de investimento (*)	362.903	196	362.903	196
	411.814	19.958	501.273	152.545

5.1. Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa, que em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estavam sendo remuneradas em média na controladora e no consolidado à 100%% do CDI e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

5.2. Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo e títulos públicos, e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estavam sendo remuneradas em aproximadamente 100% do CDI na controladora e consolidado.

(*) A composição da carteira do fundo de investimento é assim como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Fundos de investimento				
Notas do tesouro nacional	99.527	-	99.527	-
Letras financeiras do tesouro	199.145	-	199.145	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	64.231	196	64.231	196
	362.903	196	362.903	196

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Alupar Investimento S.A. (a)	-	170.535
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	-	6.914
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	-	518
Transchile Charrua Transmission S.A. (b)	3.589	-
	3.589	177.967
Não circulante		
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (c)	15.206	14.297
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	13.855	6.913
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (c)	4.010	3.843
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE (b)	2.109	2.138
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP (c)	2.705	6.803
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (b)	4.562	4.514
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	2.526	2.098
ETES - Empresa de Transmissão do Espírito Santo (b)	1.818	2.028
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (b)	7.361	6.617
Foz do Rio Claro Energia S.A. (b)	10.750	9.578
Ijuí Energia S.A. (b)	8.266	11.264
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	5.894	5.897
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	5.570	6.191
Companhia Transleste de Transmissão (b)	3.039	2.852
Companhia Transirapé de Transmissão (b)	2.016	1.902
Companhia Transudeste de Transmissão (b)	877	827
Empresa de Transmissão do Mato Grosso S.A.	1.907	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (b)	3.538	-
	96.009	87.762

a) Os Títulos e valores mobiliários registrado na Companhia referem-se à integralização de capital efetuado pelo acionista FI-FGTS, em 28 de setembro de 2009, no montante de R$ 400.000. Em cumprimento ao acordo de acionistas firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, o valor integralizado pelo FI-FGTS ficou retido, e depositado em Fundo Exclusivo, denominado FI Energia, cuja rentabilidade média correspondia a 100% do CDI, formado basicamente de Títulos Públicos, e Certificados de Depósito Bancário emitidos por bancos de primeira linha conforme estatuto do fundo. A liberação do valor da integralização do FI-FGTS se deu em 5 tranches de R$ 80.000, com a condicionante da apresentação de comprovação de dispêndios realizados com os valores já liberados. Em 30 de setembro de 2012, já havia sido liberado as 5 "tranches" e seus respectivos rendimentos.

b) O caixa registrado nas controladas referem-se a constituição de contas reservas definidas nos contratos de empréstimos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

c) Aplicação destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Transmissão de energia elétrica	108.488	102.061
Suprimento de energia elétrica	23.001	17.804
	131.489	119.865

7. Impostos a compensar e diferido

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de renda	-	-	7.274	10.155
Contribuição social	-	-	8.164	8.318
Imposto de renda retido na fonte	17.170	17.245	22.898	23.347
PIS	2	-	2.904	2.070
COFINS	12	-	14.294	10.455
INSS	-	-	319	113
Outros	-	-	2.879	4.912
	17.184	17.245	58.732	59.370
Não circulante				
PIS	-	-	3.781	5.718
COFINS	-	-	17.416	26.340
INSS	-	-	112	112
	-	-	21.309	32.170

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Não circulante				
Imposto de renda diferido	-	-	1.988	160
Contribuição social diferido	-	-	68	68
	-	-	2.056	228

8. Contrato de Concessão Publico – Privado

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Ativo financeiro da concessão	1.000.008	880.725
	1.000.008	880.725
Não circulante		
Ativo financeiro da concessão	3.170.159	3.025.272
	3.170.159	3.025.272

Movimentação do ativo financeiro da concessão	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**3.271.868**
Receita de concessão de transmissão	99.719
Remuneração do ativo financeiro	790.090
Receita de infraestrutura	237.926
Ativo financeiro adquirido em transação de capital	328.194
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(821.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**3.905.997**
Receita de concessão de transmissão	83.620
Remuneração do ativo financeiro	687.610
Receita de infraestrutura	87.877
Ativo financeiro adquirido em transação de capital	118.138
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(713.075)
Saldo em 30 de setembro de 2012	**4.170.167**

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012.

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 9 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

9. Investimentos

A movimentação do investimento em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Adições	Deságio na aquisição de ações	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:							
Alupar Inversiones Peru	(1.041)	-	-	-	-	(133)	(1.174)
Transminas Holding S.A.	63.740	-	-	-	(4.519)	7.880	67.101
Foz do Rio Claro Energia S.A.	70.039	50.870	-	-	-	390	121.299
Ijuí Energia S.A.	94.099	146.176	-	-	-	(1.594)	238.681
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	12.146	36.536	-	-	-	1.163	49.845
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	12.039	65.084	-	-	-	107	77.230
Ferreira Gomes Energia S.A	117.624	35.000	-	-	-	(629)	151.995
Genpower termoelétricas e participações S.A.	(70)	-	-	-	-	(27)	(97)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	394.228	70	-	-	(62.544)	90.560	422.314
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	188.227	-	-	-	(18.968)	31.933	201.192
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	47.650	-	-	-	-	3.679	51.329
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	84.455	-	-	-	(13.396)	17.745	88.804
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	169.327	-	-	-	(29.618)	40.116	179.825
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	38.149		-	-	(5.383)	8.128	40.894
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	48.798	4.923	(1.616)	-	(11.946)	13.791	53.950
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	23.394	3.703	-	-	-	2.700	29.797
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.535	4.505	-	-	-	6.665	58.705
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	6.403	2.167	-	-	-	1.265	9.835
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	6.577	-	-	-	(584)	1.095	7.088
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	22.271	-	-	-	(622)	5.102	26.751
Transnorte Energia S.A.	-	17.340	-	-	-	364	17.704
AF Energia S.A.	-	40	-	-	-	-	40
ACE Comercializadora Ltda.	-	1	-	-	-	(10)	(9)
Energia dos Ventos I S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos II S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos III S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IV S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos V S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VI S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VII S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IX S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos X S.A.	-	61	-	-	-	-	61
Risaralda Energia SAS ESP	-	6.426	-	1.219	-	(1.686)	5.959
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-	69.750	(11.454)	(9.939)	-	431	48.788
	1.445.590	443.201	(13.070)	(8.720)	(147.580)	229.035	1.948.456
Terrenos	5.756	(70)	-	-	-	-	5.686
Outros	1	-	-	-	-	-	1
	1.451.347	443.131	(13.070)	(8.720)	(147.580)	229.035	1.954.143

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Adições	(Baixas)	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2011
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:						
Alupar Inversiones Peru	77	-	-	-	(1.118)	(1.041)
Transminas Holding S.A.	57.941	-	-	(5.719)	11.518	63.740
Foz do Rio Claro Energia S.A.	38.213	35.000	-	-	(3.174)	70.039
Ijuí Energia S.A.	34.862	60.000	-	-	(763)	94.099
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	11.081	-	-	-	1.065	12.146
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.785	-	-	-	254	12.039
Ferreira Gomes Energia S.A	1	118.079	-	-	(456)	117.624
Genpower termoelétricas e participações S.A.	-	-	-	-	(70)	(70)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	280.985	91.541	-	(73.241)	94.943	394.228
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	176.720	7.902	-	(34.219)	37.824	188.227
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	28.123	8.086	-	(705)	12.146	47.650
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	73.955	-	-	(11.529)	22.029	84.455
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	158.132	-	-	(34.223)	45.418	169.327
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29.385	6.772	-	(7.099)	9.091	38.149
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	47.307	2.997	-	(13.365)	11.859	48.798
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	8.481	13.200	-	-	1.713	23.394
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	34.882	6.024	-	-	6.629	47.535
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	501	5.800	-	-	102	6.403
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	5.530	525	-	(529)	1.051	6.577
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	16.702	3.396	-	(743)	2.916	22.271
	1.014.663	359.322	-	(181.372)	252.977	1.445.590
Terrenos	5.686	70	-	-	-	5.756
Outros	1	-	-	-	-	1
	1.020.350	359.392	-	(181.372)	252.977	1.451.347

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentadas a seguir:

30/09/2012													
Dados das Controladas					Quantidade de Ações ou cotas detidas pela Companhia			Participação da Alupar		Dados das controladas / coligadas			
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	AFAC Alupar	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido	Receita líquida	Ativo	Passivo	Resultado do exercício
Alupar Inversiones Peru	3.612.792	185	(1.359)	(129)	3.612.792	-	3.612.792	100,00%	(1.174)	-	235	50	(129)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	95.833	-	12.702	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	67.101	-	101.064	5.231	12.702
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	156.715	-	783	41.008.200	-	41.008.200	50,01%	121.299	37.586	398.511	241.796	783
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	271.169	-	(3.190)	42.058.410	-	42.058.410	50,01%	238.681	29.347	483.793	212.624	(3.191)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	98.203	-	4.222	10.959.038	-	10.959.038	25,01%	49.845	26.668	245.383	147.180	4.225
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.136	129.449	-	850	11.300.320	-	11.300.320	25,01%	77.230	28.202	299.494	170.045	850
Ferreira Gomes Energia S.A	153.081.529	164.995	(13.000)	(561)	153.081.529	-	153.081.529	100,00%	151.995	-	582.365	417.370	(561)
Genpower termoelétricas e participações S.A.	1.200	(189)	-	(52)	612	-	612	51,00%	(97)	-	99	288	(52)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	844.333	-	180.026	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	422.314	222.918	1.365.900	521.567	180.026
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	394.494	-	62.616	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	201.192	101.703	712.835	318.341	62.616
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	51.329	-	3.679	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	51.329	7.400	90.431	39.102	3.678
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	177.554	-	35.478	13.505.150	9.001.845	22.506.995	50,02%	88.804	49.306	278.028	100.474	35.477
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	359.566	-	80.212	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	179.825	116.281	595.153	235.587	80.212
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	36.940.800	81.766	-	16.248	18.475.367	-	18.475.367	50,01%	40.894	51.482	169.143	87.377	16.248
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	119.844	-	32.220	18.950.002	-	18.950.002	45,02%	53.950	55.141	240.980	121.136	32.221
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	42.172.251	48.792	-	4.500	25.303.351	-	25.303.351	60,00%	29.797	15.825	98.278	49.486	4.500
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.793.590	127.620	-	14.491	44.985.051	-	44.985.051	46,00%	58.705	37.099	308.866	181.246	14.491
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	7.734.456	9.835	-	1.265	7.734.456	-	7.734.456	100,00%	9.835	18.945	26.774	16.939	1.265
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	30.482.700	47.254	-	7.300	4.572.179	-	4.572.179	15,00%	7.088	13.071	105.290	58.036	7.300
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	78.340.000	133.762	-	25.525	15.668.000	-	15.668.000	20,00%	26.752	26.235	242.610	108.848	25.525
Transnorte Energia S.A.	71.501.000	34.715	-	714	36.465.510	-	36.465.510	51,00%	17.704	22.149	35.490	775	714
AF Energia S.A.	40.000	40	-	-	40.000	-	40.000	100,00%	40	-	39	(1)	-
ACE Comercializadora LTDA	1.000	(9)	-	(10)	1.000	-	1.000	99,90%	(9)	-	36	45	(10)
Energia dos Ventos I	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	128	18	-
Energia dos Ventos II	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	136	26	-
Energia dos Ventos III	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	125	15	-
Energia dos Ventos IV	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	150	40	-
Energia dos Ventos V	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	120	10	-
Energia dos Ventos VI	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	120	10	-
Energia dos Ventos VII	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	118	8	-
Energia dos Ventos VIII	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	119	9	-
Energia dos Ventos IX	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	134	24	-
Energia dos Ventos X	10.000	110	-	-	5.099	-	5.099	50,99%	61	-	134	24	-
Risaralda Energia SAS ESP	6.911	8.305	(2.337)	(1.688)	6.901	-	6.901	99,86%	5.959	-	8.523	218	(1.688)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	95.662	-	846	28.767.708	-	28.767.708	51,00%	48.787	3.541	184.317	88.655	846
									1.948.456				

31/12/2011												
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar		Dados das controladas / coligadas			
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido	Receita líquida	Ativo	Passivo	Resultado do exercício
Alupar Inversiones Peru	625.179	(1.041)	(1.098)	625.178	-	625.178	100,00%	(1.041)	-	279	1.320	(1.098)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	91.031	15.998	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	63.740	-	93.361	2.330	15.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	105.063	(6.347)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	70.040	41.193	403.515	298.452	(6.347)
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	128.185	(1.526)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	94.098	39.320	483.098	354.913	(1.691)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	48.562	4.256	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	12.146	33.620	247.903	199.341	4.256
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	48.137	1.019	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	12.039	33.787	302.964	254.827	1.019
Ferreira Gomes Energia S.A	118.081.525	117.626	(393)	118.081.525	-	118.081.525	99,99%	117.624	-	351.043	233.417	(464)
Genpower termoelétricas e participações S.A.	1.200	(137)	(138)	612	-	612	51,00%	(70)	-	99	236	(138)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	788.319	198.570	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	394.228	278.663	1.337.593	549.274	204.314
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	369.072	74.993	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	188.227	126.159	688.547	319.475	79.729
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	47.650	12.253	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	47.650	15.545	91.902	44.252	12.253
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	168.858	44.046	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	84.455	63.533	278.910	110.052	45.035
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	338.579	90.816	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	169.327	143.398	599.870	261.291	95.081
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32.645.372	76.278	18.179	18.475.367	-	18.475.367	50,01%	38.149	37.796	125.372	49.094	18.406
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	114.882	30.054	17.896.575	-	17.896.575	42,51%	48.798	58.999	233.503	118.621	30.011
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	32.001.000	38.990	2.855	22.578.506	-	22.578.506	60,00%	23.394	72.657	85.914	46.924	2.855
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	103.336	14.410	40.479.999	-	40.479.999	46,00%	47.535	178.125	290.971	187.635	14.410
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	2.001.000	6.403	102	7.300.997	-	7.300.997	100,00%	6.403	7.088	9.220	2.817	102
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	28.070.000	43.848	7.759	4.572.179	-	4.572.179	15,00%	6.577	16.411	101.527	57.679	7.759
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	111.345	12.415	15.668.000	-	15.668.000	20,00%	22.271	31.861	238.979	127.634	12.392
								1.445.590				

Em 3 setembro de 2012, o Banco Internacional de Desenvolvimento (“BID”) deu anuência para que a transação de compra e venda de ações da Transchile Charrúa Transmisión S.A. ("Transchile") fosse efetuado. Desta forma, a Companhia adquiriu 51% de participação acionária na Transchile, e que eram de titularidade da Guarupart Participações Ltda. ("Guarupart"), atual controladora da Alupar. A Transchile opera uma linha de transmissão de 200 Km Temuco-Charrua, localizada no Chile (vide nota nº 16).

Controladas em conjunto

A Companhia consolida de forma proporcional as controladas Transudeste, TME e Transchile, os principais saldos contábeis destas controladas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

30/09/2012				
Empresa controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Receita operacional líquida**	**Lucro / (prejuízo) do exercício**
Companhia Transudeste de Transmissão	107.938	107.938	14.387	8.943
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	308.866	308.866	37.099	14.491
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	184.317	184.317	3.541	846

31/12/2011				
Empresa controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Receita operacional líquida**	**Lucro / (prejuízo) do exercício**
Companhia Transudeste de Transmissão	103.891	103.891	17.516	12.398
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	233.504	233.504	58.999	30.054
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	290.971	290.971	181.824	14.410

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

10. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado		
	Taxa média anual de depreciação	**30/09/2012**	**31/12/2011**
Em serviço			
Custo			
Terrenos		39.266	38.793
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	598.213	599.434
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	4%	235.254	170.121
Máquinas e Equipamentos	4%	538.812	466.592
Veículos	18%	1.319	885
Móveis e Utensílios	10%	1.902	1.478
Total custo		**1.414.766**	**1.277.303**
Depreciação			
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(19.351)	(9.651)
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias		(12.181)	(3.875)
Máquinas e Equipamentos		(23.555)	(11.931)
Veículos		(249)	(226)
Móveis e Utensílios		(744)	(497)
Total depreciação		**(56.080)**	**(26.180)**
Total em serviço		**1.358.686**	**1.251.123**
Em curso		566.735	380.088
Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação		-	114
Total Imobilizado		**1.925.421**	**1.631.325**

A movimentação do imobilizado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é composto da seguinte forma:

	Em serviço								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Arrendamento Financeiro	Total
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**38.793**	**599.434**	**170.121**	**466.592**	**885**	**1.478**	**380.088**	**114**	**1.657.505**
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	80	-	65.489	47	-	97	-	-	65.713
Adições	-	-	-	-	-	-	261.363	-	261.363
Baixas	-	(1.221)	(543)	(1.011)	(167)	-	(138)	-	(3.080)
Transferências	393	-	187	73.184	601	327	(74.578)	(114)	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	**39.266**	**598.213**	**235.254**	**538.812**	**1.319**	**1.902**	**566.735**	**-**	**1.981.501**

(*) Transchile (vide nota nº 16)

	Em serviço						
	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(9.651)**	**(3.875)**	**(11.931)**	**(226)**	**(497)**	**-**	**(26.180)**
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	**-**	(5.066)	(30)	-	(66)	**-**	(5.162)
Adições	(9.700)	(3.240)	(11.594)	(137)	(181)	-	(24.852)
Baixas	-	-	-	114	-	-	114
Saldo em 30 de setembro de 2012	**(19.351)**	**(12.181)**	**(23.555)**	**(249)**	**(744)**	**-**	**(56.080)**

	Em serviço								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Arrendamento Financeiro	Total
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**829**	**142.167**	**45.351**	**95.625**	**5**	**1.249**	**976.061**	**469**	**1.261.756**
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	-	-	-	-	-	-	10.227	-	10.227
Adições	-	-	48	357	1.012	437	415.339	61	417.254
Baixas	-	-	(1)	(25)	(233)	(257)	(30.800)	(416)	(31.732)
Transferências	37.964	457.267	124.723	370.635	101	49	(990.739)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**38.793**	**599.434**	**170.121**	**466.592**	**885**	**1.478**	**380.088**	**114**	**1.657.505**

(*) EBTE

	Em serviço						
	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(1.322)**	**(645)**	**(1.431)**	**(2)**	**(358)**	**-**	**(3.758)**
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	**-**	-	-	-	-		-
Adições	(8.329)	(3.230)	(10.507)	(368)	(139)	-	(22.573)
Baixas	-	-	7	144	-	-	151
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(9.651)**	**(3.875)**	**(11.931)**	**(226)**	**(497)**	**-**	**(26.180)**

Atualmente a controlada Ferreira Gomes está em fase pré-operacional, e prevê a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora até 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora até 30 de abril de 2015, conforme cronograma do contrato de concessão. O valor investido por esta controlada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi de R$ 255.249, sendo R$ 165.181 para o mesmo período de nove meses de 2011. A Companhia e outras controladas também efetuaram investimento em seu ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, no montante de R$ 5.265, sendo R$ 118.846 para o mesmo período de nove meses de 2011.

Em 21 de janeiro de 2010, a controlada Transchile entrou em operação comercial, seus ativos são compostos por uma linha de transmissão de 200 km (duzentos quilômetros) de extensão, com 2 subestações de 230 kV no Chile (LT Charrua – Nueva Temuco). Os ativos da Transchile não são contemplados pelo ICPC 01, uma vez que o Poder Concedente do Chile não controla os ativos.

Os compromissos contratuais com ativos imobilizados estão divulgados na Nota Explicativa nº 27. A Companhia e suas controladas não possuem bens dados em garantias ou penhora.

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

11. Intangível

A composição do ativo intangível é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média anual de amortização	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Outros intangíveis					
Outros intangíveis - custo	10%	556	495	46.558	15.086
Outros intangíveis - amortização		(253)	(178)	(820)	(1.854)
Total outros intangíveis		**303**	**317**	**45.738**	**13.232**
Ágio decorrente da concessão					
Ágio decorrente da concessão	3%	8.157	8.157	26.865	26.865
Amortização		(130)	-	(2.971)	(2.308)
Total de ágio decorrente da concessão		**8.027**	**8.157**	**23.894**	**24.557**
Projeto em desenvolvimento		84.878	74.488	87.380	75.380
Total intangível		**93.208**	**82.962**	**157.012**	**113.169**

Ágio decorrente da concessão

Queluz e Lavrinhas: Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura e estão sendo amortizados de forma linear pelo prazo remanescente dos contratos de concessões das controladas PCH Queluz e PCH Lavrinhas. Os ágios foram registrados na controladora da seguinte forma:

	Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011
Ágio PCH Queluz	2.665	2.665
Amortização do ágio PCH Queluz	(31)	-
Ágio PCH Lavrinhas	5.245	5.245
Amortização do ágio PCH Lavrinhas	(99)	-
Outros	247	247
	8.027	8.157

Os saldos do ágio registrado na Companhia e na EATE em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão assim compostos:

	Consolidado	
	30/09/2012	**31/12/2011**
Ágio	26.865	26.865
Amortização de ágio	(2.971)	(2.308)
	23.894	24.557

Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE´s, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem bens dados em garantias ou penhora.

A movimentação do intangível em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é composta da seguinte forma:

	Consolidado				
	Outros intangíveis - custo	**Ágio decorrente da concessão**	**Projeto em desenvolvimento**	**Amortização**	**Total**
Em Serviço/Curso					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**15.086**	**26.865**	**75.380**	**(4.162)**	**113.169**
Intangível adquirido em transação de capital (*)	23.585	-	-	-	23.585
Adições	9.149	-	12.000	(804)	20.345
Baixas	(1.262)	-	-	1.175	(87)
Saldo em 30 de setembro de 2012	**46.558**	**26.865**	**87.380**	**(3.791)**	**157.012**

(*) Transchile (vide nota nº 16). O saldo do intangível da Transchile corresponde a servidões de passagem, e não está sujeitos a amortização.

	Consolidado				
	Outros intangíveis - custo	**Ágio decorrente da concessão**	**Projeto em desenvolvimento**	**Amortização**	**Total**
Em Serviço/Curso					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**10.709**	**26.865**	**55.585**	**(2.382)**	**90.777**
Adições	5.088	-	24.336	(1.780)	27.644
Baixas	(711)	-	(4.541)	-	(5.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**15.086**	**26.865**	**75.380**	**(4.162)**	**113.169**

12. Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido

a) Imposto de renda e contribuição social corrente e outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de renda	39	75	36.374	30.511
Contribuição social	-	-	34.014	34.362
ICMS	-	-	4.651	4.330
PIS	-	270	1.210	1.400
COFINS	-	1.244	4.313	5.418
INSS	3	3	1.654	2.422
Outros	11	13	2.931	5.750
	53	1.605	85.147	84.193

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Não circulante				
Imposto de renda diferido	-	-	235.000	195.390
Contribuição social diferido	-	-	142.447	137.403
	-	-	377.447	332.793

Movimentação do IR/CS diferido	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010	**293.669**
IR/CS registrado no Resultado	33.146
IR/CS adquirido em transação de capital	5.750
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011	**332.565**
IR/CS registrado no Resultado	23.721
IR/CS adquirido em transação de capital	19.105
Saldo líquido em 30 de setembro de 2012	**375.391**

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

13. Provisão de Constituição de Ativos

As provisões de constituição de ativos em 30 de setembro de 2012, no montante de R$ 60.393 (R$ 34.892 no passivo circulante e R$ 25.501 no passivo não circulante) são vinculadas à usina de Queluz, Lavrinhas, Foz e Ijuí, e referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras. Em 31 de dezembro de 2011, havia o montante de R$ 53.379 no passivo circulante. Entre as principais obrigações destacam-se custos com equipamentos para medição de pluviometria e sedimentação, instrumentação, fornecimento de bens, materiais e serviços de supervisão, montagem, comissionamento e operação assistida.

14. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	**31/12/2011**	**30/09/2012**	**31/12/2011**
Encargos de dívidas - circulante				
Moeda estrangeira	-	-	74	166
Moeda nacional	147	841	10.340	11.175
Debêntures	23.607	1.371	38.363	4.577
	23.754	2.212	48.777	15.918
Encargos de dívidas - não circulante				
Moeda nacional	-	-	74.512	87.936
Debêntures	3.095	2.298	9.948	4.084
	3.095	2.298	84.460	92.020
Empréstimos e financiamentos - circulante				
Moeda estrangeira	-	-	4.939	2.620
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	5.615	84.963	166.096	342.508
	5.615	84.963	171.035	345.128
Empréstimos e financiamentos - não circulante				
Moeda estrangeira	-	-	48.369	12.683
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	47.956	55.615	1.330.709	1.294.202
	47.956	55.615	1.379.078	1.306.885
Debêntures - circulante				
Moeda nacional	81.803	81.803	382.640	222.027
	81.803	81.803	382.640	222.027
Debêntures - não circulante				
Moeda nacional	690.858	240.858	1.277.646	860.200
	690.858	240.858	1.277.646	860.200
Custo de transação a amortizar - circulante				
Moeda nacional	-	-	(6)	(11)
Debêntures	-	-	(1.896)	(1.461)
	-	-	(1.902)	(1.472)
Custo de transação a amortizar - não circulante				
Moeda nacional	(492)	(557)	(557)	(797)
Debêntures	(3.414)	(3.299)	(5.123)	(4.985)
	(3.906)	(3.856)	(5.680)	(5.782)
Circulante	111.172	168.978	600.550	581.601
Não circulante	738.003	294.915	2.735.504	2.253.323
Total geral	**849.175**	**463.893**	**3.336.054**	**2.834.924**

	Consolidado									
Moeda estrangeira	**30/09/2012**									
				Dívida				Custo de transação a		
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**Moeda**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Encargos circulante**	**Encargos não circulante**	**Principal circulante**	**Principal não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empresas Operacionais									
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	247	1.458	-	-
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	46	-	969	3.391	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	2	-	111	636	-	-
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	4	-	788	1.643	-	-
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	5	-	254	1.505	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	2	-	115	662	-	-
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	244	1.445	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	110	636	-	-
BID - Transchile (*)	2026	Cesta de moedas	5,80%	-	-	2.101	36.993	-	-
				74	-	4.939	48.369	-	-

	Consolidado									
Moeda estrangeira	**31/12/2011**									
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**Moeda**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Dívida**				**Custo de transação a**	
				Encargos circulante	**Encargos não circulante**	**Principal circulante**	**Principal não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empresas Operacionais									
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	226	1.510	-	-
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	128	-	895	4.026	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	4	-	102	661	-	-
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	11	-	729	2.065	-	-
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	-	234	1.562	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	2	-	106	690	-	-
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	226	1.505	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	2	-	102	664	-	-
				166	-	2.620	12.683	-	-

	Consolidado								
Moeda nacional	**30/09/2012**								
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Dívida**				**Custo de transação a amortizar**	
			Encargos circulante	**Encargos não circulante**	**Principal circulante**	**Principal não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empréstimos e financiamentos:								
Empresas Operacionais								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB) - Alu	2014	Juros de 8,73%	-	-	209	271	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	31	-	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2025	Juros de 10,00%	580	-	-	36.800	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	7	-	631	4.099	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	92	-	16.397	200.569	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	55	-	775	9.497	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	30	-	1.041	6.160	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	168	-	2.552	29.136	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	14	-	470	2.706	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	901	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	389	-	10.962	17.817	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	69	-	2.301	23.062	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	18	-	1.508	9.288	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.596	35.253	12.387	168.259	-	-
BNDES - IJUÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.449	34.284	10.387	145.417	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	241	3.164	10.109	117.936	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	1.556	-	3.160	25.659	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,5%	390	-	6.033	31.775	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	156	1.782	10.937	124.868	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	99	-	3.769	32.349	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	4	-	755	378	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	30	-	1.084	6.415	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	13	-	490	2.817	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,50 %	33	-	2.889	127.891	-	-
BNDES - ETEM	2026	TJLP + 2,44%	126	-	3.356	42.229	-	-
BNDES - TME (*)	2026	TJLP + 3,6%	123	-	2.845	36.039	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	147	-	5.406	47.685	-	(492)
FINAME - Lavrinhas	2017	TJLP	-	29	33	112	-	-
Itaú - ESDE	2012	CDI + 0,97%	184	-	17.900	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	30	-	1.041	6.160	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	14	-	471	2.705	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	16	-	1.491	13.212	-	-
Unibanco - STC	2022	TJLP + 2,41 %	136	-	5.144	44.155	-	-
Outros - Genpower	2012	-	-	-	-	163	-	-
Empresas Pré-operacionais								
BNDES - Ferreira Gomes (em liberação)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - ETVG	2026	Juros de 10%	141	-	-	14.179	(6)	(65)
Banco Sumitomo Mitsui B. S.A - Ferreira Gomes	2013	114,5% do CDI	433	-	29.400	-	-	-
			10.341	74.512	166.096	1.330.709	(6)	(557)
Debêntures:								
Empresas Operacionais								
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	6.021	-	-	90.858	-	(1.552)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	3.887	2.827	81.803	150.000	-	(977)
4ª Emissão - Alupar	2018	CDI + 1,45%	2.046	268	-	150.000	-	(824)
5ª Emissão - Alupar	2027	IPCA+ 7,8%	11.653	-	-	300.000	-	(61)
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	825	-	78.540	196.373	(382)	(406)
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	435	-	41.452	103.641	(219)	(232)
HSBC Corretora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	171	-	16.363	40.911	(102)	(108)
HSBC Corretora de Títulos - ETEP	2016	112,5% CDI	(20)	-	14.482	45.863	6	(321)
Empresa Pré-operacional								
1º emissão - Ferreira Gomes	2013	115% CDI	13.344	6.853	150.000	-	(404)	-
2º emissão - Ferreira Gomes	2014	IPCA + 5,95%	-	-	-	200.000	(795)	(642)
			38.362	9.948	382.640	1.277.646	(1.896)	(5.123)
			48.703	84.460	548.736	2.608.355	(1.902)	(5.680)

	Consolidado							
Moeda nacional	**31/12/2011**							
			Divida				Custo de transação a amortizar	
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Encargos circulante**	**Encargos não circulante**	**Principal circulante**	**Principal não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empréstimos e financiamentos:								
Empresas Operacionais								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB) - Alu	2014	Juros de 8,73%	-	-	194	266	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	48	24	(11)	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,60%	293	-	16.100	-	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,55%	675	-	23.000	36.800	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	39	-	420	4.572	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	36	-	1.041	6.940	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	187	-	2.552	31.050	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	1.001	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	145	-	15.446	212.920	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	58	-	788	10.080	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	538	-	10.962	136.113	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	170	-	2.301	24.730	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	180	-	1.508	10.296	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.578	36.747	12.503	178.162	-	-
BNDES - IJUÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.345	34.598	10.502	154.900	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	848	10.535	9.544	118.501	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	246	-	2.995	36.816	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,5% aa	79	-	4.458	12.631	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	501	6.056	10.676	129.004	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	140	-	3.769	35.176	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	7	-	755	944	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	35	-	1.084	7.228	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	16	-	489	3.184	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	45	-	2.889	19.984	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	283	-	4.769	55.348	-	(557)
Itaú BBA - ETEM	2012	114% CDI	515	-	45.400		-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	35	-	1.041	6.940	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
Santander - Alupar	2012	CDI + 1,45%	559	-	80.000	-	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	23	-	1.658	4.686	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41 %	191	-	5.144	48.013	-	-
Empresas Pré-operacionais								
Bando do Brasil - ETVG	2026	Juros de 10%	2	-	-	1.777	-	-
BNDES - Ferreira Gomes (em liberação)	-	-	-	-	-	-	-	(240)
Santander - Ferreira Gomes	2012	CDI + 1,50%	102	-	40.000	-	-	-
Banco Sumitomo Mitsui B. S.A - Ferreira Gomes	2013	114,5% do CDI	270	-	29.400	-	-	-
			11.175	87.936	342.508	1.294.202	(11)	(797)
Debêntures:								
Empresas Operacionais								
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	936	2.298	81.803	90.859	-	(2.073)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	435	-	-	150.000	-	(1.203)
4ª Emissão - Alupar	2018	CDI + 1,45%	-	-	-	-	-	(23)
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	1.542	-	78.540	255.279	(476)	(681)
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	814	-	41.452	134.732	(273)	(390)
HSBC Corretora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	136	-	6.955	22.605	(54)	(77)
HSBC Corretora de Títulos - ETEP	2016	112,5% CDI	714		13.277	56.725	(145)	(293)
Empresa Pré-operacional								
Itaú BBA - Ferreira Gomes	2013	115% CDI	-	1.786	-	150.000	(513)	(245)
			4.577	4.084	222.027	860.200	(1.461)	(4.985)
			15.752	92.020	564.535	2.154.402	(1.472)	(5.782)

(*) O valor destes contratos está ajustado pela parcela de participação da controladora na controlada em conjunto.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

As cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"). Em 30 de setembro de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.

Em 30 de setembro de 2012 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R$ 77.677 (R$ 70.251 em 31 de dezembro de 2011).

As características dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e das controladas estão detalhadas abaixo, adquiridos no período são os seguintes:

Debêntures

Em 03 de fevereiro de 2012 foi efetuada pela Companhia a Quarta emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com as seguintes condições:

-Quantidade: 15.000 (quinze mil) debêntures;
-Valor unitário: R$ 10 (dez mil reais) cada;
-Valor total da emissão: R$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais);
-Prazo de vencimento: 6 anos a partir da data de emissão;

Características:

i) Taxa de juros a ser definida em processo de bookbuilding, sendo remuneração teto de CDI + 1,45% ao ano;

ii) Amortizações semestrais, iguais e sucessivas a partir do 5º ano;

iii) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 4ª Emissão.

Em 30 de maio de 2012 foi efetuada pela Companhia a Quinta emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com as seguintes condições:

-Quantidade: 300 (trezentas) debêntures;
-Valor unitário: R$ 1.0000 (um milhão de reais) cada;
-Valor total da emissão: R$ 300.000 (trezentos milhões de reais);
-Data de vencimento: 30 de maio de 2012;

Características:

i) Taxa de juros de 7,8% ao ano, calculados pro rata temporis por dias úteis, com base em um ano de 252 dias úteis;

ii) O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário será atualizado a partir da data de emissão, pela variação do IPCA;

iii) O valor nominal unitário das debêntures será pago em 12 parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 30 de junho de 2016;

iv) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 5ª Emissão.

Empréstimos e Financiamento

Em 29 de maio de 2012, a controlada Ferreira Gomes captou junto ao Banco BTG Pactual S.A. o montante de R$ 40.000, cujo empréstimo possui encargo de 1,50% + 100% do CDI com vencimento no dia 18 de julho de 2012.

Em 22 de junho de 2012, a Controlada Ferreira Gomes captou empréstimos junto ao Banco Santander no montante de R$ 15.000 sob o encargo de 100 % do CDI + 1,40%.

Nos dias 18 de julho de 2012 e 06 de agosto de 2012, a controlada Ferreira Gomes liquidou os empréstimos com o Banco BTG Pactual no montante de R$ 40.000, e com o Banco Santander no montante de R$ 55.000, respectivamente.

No dia 30 de julho de 2012 a Ferreira Gomes realizou aditivo com o Banco Sumitomo para prorrogar o vencimento do empréstimo para o dia 01 de outubro de 2012, sendo alterados também os encargos para 118% do CDI.

No 3º trimestre de 2012, a controlada ESDE captou junto ao Banco Itaú BBA S.A. três empréstimos, totalizando o montante de R$ 17.900, conforme características abaixo:

- Contrato no montante de R$ 400, captado em 07 de agosto de 2012, cuja remuneração é de 100% do CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 05 de novembro de 2012;

- Contrato no montante de R$ 14.500, captado em 10 de agosto de 2012, cuja remuneração é de 100% CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 08 de novembro de 2012; e

- Contrato no montante de R$ 3.000, captado em 04 de setembro de 2012, cuja remuneração é de 100% CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 04 de dezembro de 2012.

No dia 26 de setembro de 2012 a controlada ERTE celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$ 2.000, cuja remuneração é TJLP + 1,97% a.a. de spread, com vencimento em 15 de outubro de 2026.

No dia 18 de julho de 2007 a Transchile celebrou contrato com o Inter-American Development Bank, no montante de US$ 51.014, cuja remuneração variável é equivalente a 2,549% em 30 de setembro de 2012 (LIBOR + Spread que varia de 1,50% a 1,60% ao ano) e remuneração fixa equivalente a 5,78% em 30 de setembro de 2012 (Taxa Fixa do Mercado de Swap + Spread que varia de 1,50% a 1,60% ao ano + 1,125% ao ano).

Em maio de 2012 a controlada TME liquidou dois empréstimos pontes com o Banco do Brasil no montante de R$35.000 e R$50.000. Estes empréstimos foram substituídos por um empréstimo captado junto ao BNDES no montante de R$87.300 com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 6% a.a. + spread (3,6 % a.a. como taxa pré-fixada), com vencimento mensal, sendo a primeira em 15 de junho de 2012 e a última em 15 de maio de 2026.

Em janeiro de 2012 a controlada ETEM liquidou um empréstimo com o Banco Itaú no montante de R$ 45.400. Este empréstimo foi substituído por um empréstimo captado junto ao BNDES no montante de R$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal, sendo a primeira em 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos ao custo de construção do ativo imobilizado em curso. Os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado em curso ou ativo financeiro até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização. Os juros capitalizados no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foi no montante de R$ 23.905 e R$ 23.720, respectivamente, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

	Consolidado	
	30/09/2012	**30/09/2011**
Juros capitalizados	23.905	23.720
Ativo imobilizado	23.905	23.720
Ferreira Gomes Energia S.A	23.905	1.337
Ijuí Energia S.A.	-	4.329
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	8.528
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	9.526

b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é composto da seguinte forma:

	Consolidado							
Moeda nacional e estrangeira Instituições financerias / credores	Saldo incial 31/12/2011	Ingresso de dívidas	Empréstimos adquiridos em transação de capital	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final 30/09/2012
Empréstimos e financiamentos (incluí arrendamento mercantil):								
Moeda Nacional	1.735.013	227.730	-	103.923	-	(381.692)	(103.881)	1.581.093
Moeda Estrangeria	15.469	-	38.687	1.228	1.135	(2.224)	(912)	53.383
	1.750.482	227.730	38.687	105.151	1.135	(383.916)	(104.793)	1.634.476
Debêntures:								
								-
Moeda Nacional	1.084.442	648.547	39.995	110.336	-	(111.837)	(69.905)	1.701.578
	1.084.442	648.547	39.995	110.336	-	(111.837)	(69.905)	1.701.578
	2.834.924	876.277	78.682	215.487	1.135	(495.753)	(174.698)	3.336.054

	Consolidado							
Moeda nacional e estrangeira Instituições financerias / credores	Saldo incial 31/12/2010	Ingresso de dívidas	Empréstimos adquiridos em transação de capital	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final 31/12/2011
Empréstimos e financiamentos (incluí arrendamento mercantil):								
Moeda Nacional	1.828.199	370.184	138.031	140.968	3	(626.717)	(115.655)	1.735.013
Moeda Estrangeria	69.993	36.000	-	7.456	1.982	(92.284)	(7.678)	15.469
	1.898.192	406.184	138.031	148.424	1.985	(719.001)	(123.333)	1.750.482
Debêntures:								
Moeda Nacional	475.231	801.117	-	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	475.231	801.117	-	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	2.373.423	1.207.301	138.031	274.396	1.985	(913.920)	(246.292)	2.834.924

c) Em 30 de setembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeria		Moeda nacional
	R$	US$ mil	R$	R$
2013	85.960	230	467	192.001
2014	93.028	2.404	4.879	565.032
2015	84.701	2.511	5.097	351.248
2016	22.469	2.312	4.693	187.055
2017	134.980	2.239	4.549	254.002
2019 a 2027	316.865	14.130	28.684	1.137.797
	738.003	23.826	48.369	2.687.135

15. Provisões para Litígios

a) A composição dos litígios é como segue:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Processos judiciais				
Fiscal	7.557	3.057	2.503	3.141
Cível	56	38	3.796	3.000
Fundiário	2.037	2.037	682	586
Trabalhista	1.324	833	449	437
	10.974	5.965	7.430	7.164
Circulante	5.413	48	434	302
Não circulante	5.561	5.917	6.996	6.862
	10.974	5.965	7.430	7.164

b) A movimentação dos litígios é como segue:

	Saldo incial 31/12/2011	Ingressos	Atualizações	Baixas	Contingências adquiridas em transação de capital (*)	Saldo final 30/09/2012
Processos judiciais						
Fiscal	3.057	142	83	-	4.275	7.557
Cível	38	18			-	56
Fundiário	2.037	-	-	-	-	2.037
Trabalhista	833	953	-	(462)	-	1.324
	5.965	1.113	83	(462)	4.275	10.974

(*) Tranchile (vide nota nº 16). Esta contingência refere-se a multa aplicadas pelo órgão regulador do Chile em função da Transchile ter atrasado o início de suas operações.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R$ 5.413 no passivo circulante e R$ 5.561 no passivo não circulante estão compostas como segue:

Perda Provável: a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto figuram como parte:

Fiscal: Referem-se sobre impugnações de cobranças e autos de infração. Os processos de natureza fiscal são pulverizados, e não existem processos judiciais de natureza tributária que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para os negócios.

Cível: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, tais como ação de interdito proibitório e ação de cobrança, sendo que, não existem ações que individualmente sejam relevantes para divulgação.

Fundiário: Versam, em geral, sobre pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações. Os processos de natureza fundiária são pulverizados entre as várias controladas da Companhia, e não existem ações judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza fundiária que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

Trabalhista: Referem-se sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente. Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza trabalhista que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

Perda Possível: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto, merecem destaques:

Fiscal: Referem-se sobre impugnações de cobranças e autos de infração. Os processos de natureza fiscal são pulverizados, e não existem processos judiciais de natureza tributária que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para os negócios.

Cível: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, tais como ação de interdito proibitório e ação de cobrança, sendo que, merecem destaque para divulgação as seguintes ações:

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da controlada Ferreira Gomes Energia, da Aneel e do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e SEMA/AP - Secretário do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. Aguarda-se processamento e julgamento do recurso especial interposto pela Companhia. O valor estimado da causa em 30 de setembro de 2012 é de R$ 1.335, sendo R$ 988 em 31 de dezembro de 2011.

- Ação Civil Pública movida pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada discutindo o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL), Aguarda-se o julgamento dos recursos especial e extraordinário interpostos. O valor estimado da causa em 30 de setembro de 2012 é de R$ 1.

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás. Trata-se de declaração de nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08, tendo em vista a ocorrência de falhas no EIA-RIMA. Aguarda-se a juntada do mandado de citação. O valor estimado da causa em 30 de setembro de 2012 é de R$ 10.

Trabalhista: Referem-se de uma maneira geral sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente. Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza trabalhista que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

Arbitral: Existem dois procedimentos arbitrais, a saber:

- Instituição de procedimento Arbitral pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.) em face da controlada Foz. Trata-se de procedimento arbitral pelo qual se pleiteia indenização e multas por rescisão contratual e atraso de pagamento. Aguardando designação de audiência para assinatura do Termo de Arbitragem. O valor será definido após a assinatura do Termo de Arbitragem.

- Instituição de procedimento Arbitral pela CONPASUL – Construção e Serviços em face da controlada Ijuí para indenização e multas por descumprimento contratual. Trata-se de procedimento arbitral objetivando a execução, no regime de empreitada total, a preço global e prazo determinado, das obras civis necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José. . Protocolizada petição pela Ijuí complementando os honorários periciais. O valor estimado da causa em 30 de setembro de 2012 é de R$ 37.220; e o valor de impacto em caso de perda do processo é de R$ 28.468.

Ambiental: Existem três ações civis públicas de natureza ambiental, na qualidade de réus, os quais não possuem um valor econômico envolvido. Não há provisão para ações de natureza ambiental. Apesar de não haver valor envolvido, tais processos podem resultar em condenações que gerem obrigações de fazer e/ou não fazer, o que pode gerar um impacto para nossos negócios. Adicionalmente, existem dois inquéritos civis, os quais podem culminar em ajuizamento de futuras ações civis públicas de natureza ambiental.

16. Patrimônio Líquido

Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado."

Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda	134.667.000	82,16
FI - FGTS	29.243.000	17,84
	163.910.000	100,00

Reserva de capital

Aquisição EATE

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R$ 86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Aquisição ECTE

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 4.872, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R$ 1.875. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Em 06 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu 1.053.427 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 4.923, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R$ 1.616. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Aquisição Transchile

A Transchile é uma sociedade anônima constituída e vigente de acordo com a legislação da República do Chile, tendo por atividade a transmissão de energia elétrica. Em 30 de junho de 2012, a participação acionária da Transchile estava disposta da seguinte forma: (i) Guarupart Participações Ltda. com 51% de participação acionária; (ii) Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, com 49% de participação acionária. Cabe ressaltar que atualmente a Guarupart é controladora da Companhia.

Com o objetivo de financiar a construção do Projeto, a Transchile e o Banco Internacional de Desenvolvimento ("BID"), celebraram um contrato de empréstimo até o montante de US$ 51.014.000,00.

Em 28 de dezembro de 2007 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica ("Cia. Técnica"), tendo por objetivo a aquisição da totalidade de ações detidas pela Cia. Técnica e de emissão da Transchile, equivalente a 51% da participação acionária desta empresa. O referido contrato foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, estando sua implementação condicionada única e exclusivamente à: (i) anuência prévia dos agentes financiadores do Projeto: (ii) estar a linha de transmissão em operação comercial; e (iii) anuência prévia da SEC "Superintendência de Electricidad y Combustibles", se necessário. O preço de compra das ações detidas pela Cia. Técnica, a ser pago pela Companhia, seria o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital pela Cia. Técnica, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica foi incorporada pela Guarupart, passando esta empresa a ser a titular de todos os direitos e obrigações que correspondiam à Cia. Técnica no contrato de compra e venda de ações mencionadas anteriormente.

Considerando que a Linha de Transmissão já se encontra em operação, as partes passaram a aguardar a anuência da transação de compra e venda das ações perante o BID.

Em 3 de setembro de 2012, o BID deu anuência para que a transação de compra e venda de ações da Transchile Charrúa Transmisión S.A. ("Transchile") fosse efetuado. Desta forma, a Companhia adquiriu 51% de participação acionária na Transchile, e que eram de titularidade da Guarupart Participações Ltda. ("Guarupart"), atual controladora da Companhia. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 69.750, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R$ 11.455.

Dividendo obrigatório

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

17. Resultado por Ação

Resultado por Ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por ações ordinárias. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	30/09/2012	30/09/2011
Numerador:		
Resultado do período	167.197	147.770
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de acões ordinárias	163.910	163.910
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	1,02005	0,90153

18. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Receita Bruta		
Receita de transmissão de energia	83.620	69.899
Suprimento de energia	132.358	120.902
Remuneração do ativo de concessão	687.610	586.551
Receita de infra-estrutura	87.878	175.082
	991.466	952.434
Deduções		
PIS	(6.556)	(5.900)
COFINS	(30.239)	(27.217)
ICMS	(893)	(1.819)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(17.824)	(15.164)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.198)	(6.233)
Outros encargos	(345)	-
	(63.055)	(56.333)
Receita Operacional líquida	**928.411**	**896.101**

19. Custo dos Serviços Prestados

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal	(12.507)	(10.625)
Material	(1.196)	(981)
Serviços de terceiros	(29.120)	(30.058)
Outras	(2.779)	(4.064)
Total	**(45.602)**	**(45.728)**

20. Despesas Administrativas e Gerais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Material	(137)	(115)	(1.606)	(1.408)
Serviços de terceiros	(2.116)	(4.435)	(21.753)	(20.834)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	(439)	-
Outras	(3.937)	(1.942)	(9.036)	(6.793)
Total	**(6.190)**	**(6.492)**	**(32.834)**	**(29.035)**

21. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	20.345	27.436	31.625	39.510
Outros	1.097	864	1.530	4.605
Total	**21.442**	**28.300**	**33.155**	**44.115**
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.415)	(1.870)	(97.904)	(82.900)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.135)	(4.839)
Encargos e variações monetárias sobre debêntures	(44.917)	(44.984)	(89.066)	(86.298)
Variação monetária sobre debêntures	(2.860)	(2.008)	(2.860)	(2.008)
Variação cambial	(8.720)	-	(9.015)	(20)
Outros	(1.684)	(512)	(11.170)	(4.673)
Total	**(62.596)**	**(49.374)**	**(211.150)**	**(180.738)**
Total Líquido	**(41.154)**	**(21.074)**	**(177.995)**	**(136.623)**

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(64.060)	(55.959)
Diferidos	(23.721)	(29.824)
Total	**(87.781)**	**(85.783)**
b) Alíquota efetiva:		
Resultado antes dos tributos	490.312	415.499
Imposto de renda calculado à alíquota de nominal - 34%	(115.788)	(104.620)
Benefício fiscal (*)	56.455	53.014
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	(4.727)	(4.353)
ICPC 01 - imposto diferido	(23.721)	(29.824)
Total da despesa com tributos	(87.781)	(85.783)
Alíquota efetiva	**18%**	**21%**

(*) benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 21 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

23. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle empresas transmissoras de energia elétrica, UHEs e PCHs. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru, os detalhes destas controladas estão descritas na nota nº 1.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
Parte relacionada / transação	**30/09/2012**	**31/12/2011**
Ativo circulante	404.367	195.061
Títulos e valores mobiliários		
Caixa Econômica Federal (*)	-	170.535
Investimento de curto-prazo		
Caixa Econômica Federal (*)	362.895	194
Dividendos a receber	40.213	17.711
Transminas Holding S.A.	3.641	3.480
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	17.478	-
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	10.294	11.109
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	683	1.036
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	6.398	-
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	1.022	889
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	697	1.197
Juros sobre capital próprio	1.259	6.621
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	-	630
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	4.732
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.259	1.259
Ativo não-circulante	16.736	278.499
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Foz do Rio Claro Energia S/A	-	49.420
Ijuí Energia S.A.	-	146.176
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	28.436
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	46.783
Ferreira Gomes Energia S.A	13.000	-
Alupar Inversiones Peru	1.359	1.219
AF Energia	-	39
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	2.337	6.426
ACE Comercializadora LTDA	39	-
Boa Vista Participações S.A.	1	-
Passivo circulante	-	47.553
Dividendos a pagar	-	47.553

	Controladora	
Parte relacionada / transação	**30/09/2012**	**30/09/2011**
Resultado	14.169	17.092
Receita de aplicações financeiras		
Caixa Econômica Federal - aplicação financeira(*)	14.169	17.092

(*) A Caixa Econômica Federal é a administradora do FI-FGTS, sendo o FI FGTS acionaista da Companhia.

Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2012
Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP - 0209059900	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	52.746
Alupar	Guarupart	Debêntures - 5a Emissão	Interveniente garantidor.	300.000	15/5/12	30/05/27	311.592
EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	29.168
ERTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 04.2.123.3.1	Penhor de Ações - garantia compartilhada	54.393	10/05/04	15/10/15	16.231
ERTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.0058.1	Penhor de Ações - garantia compartilhada	30.129	29/03/12	15/10/26	24.402
ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	45.711
ETES	Alupar	Financiamento - BNDES - 09.2.0118-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	25.432
ETES	Alupar	Financiamento - BNDES - 09.2.1.1467-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	10.814
ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	14.249
Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith	Prestação de Garantias (Fiança)	152.910	05/05/11	01/04/13	86.138
Ferreira Gomes	Alupar	Abertura de Crédito para celebração de Operações de Mútuo - Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	29.400	15/07/11	01/10/12	29.833
Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270662011 - Santander	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	04/10/11	06/07/12	-
Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270734811 - Santander	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	31/10/11	06/08/12	-
Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 1a emissão	Prestação de Garantias (Fiança)	150.000	28/11/11	28/05/13	162.940
Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2a Emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/12	30/05/14	205.417
Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº CCB039/12 - BTG Pactual	Prestação de Garantias (Aval)	40.000	29/05/12	29/06/12	-
Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270653512 - Santander	Prestação de Garantias (Aval)	15.000	22/06/12	06/08/12	-
Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº CCB051/12 - BTG Pactual	Prestação de Garantias (Aval)	15.000	06/07/12	06/08/12	-
Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	218.495
Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.298	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	847	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	541	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	662	04/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.2.007.1-1	Prestação de fiança e de penhor de ações	168.200	09/04/08	15.09.2027	192.537
Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	115.802
Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 10.2.0477-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	03/08/10	15/04/25	15.648
Lumitrans	Alupar	UNIBANCO Financiamento - 044.459276-2	Penhor das Ações (ALUPAR/AUTO INVEST)	13.849	22/11/07	23/11/21	11.425
Lumitrans	Alupar	UNIBANCO/ITAÚ Financiamento - 10.459.107-9	Penhor das Ações (ALUPAR/AUTO INVEST)	48.526	03/01/08	15/04/22	33.669
Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.2.0975-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	115.259
Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES - 10.2.0478-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	22.484
STC	Alupar	Financiamento BNDES - 31/506.347-4	Fiança Alupar EATE	3.387	17/02/09	15/03/14	1.137
STC	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 07.2.0842.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.386	28/12/07	15/04/22	36.217
STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	217.058
STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	4.737
TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5 - Banco do Brasil	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	37.380
TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	39.007
Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário - BDMG - 147.068/10	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/10, dada a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n° 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembleia Geral realizada em 23 de março de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R$ 7.400 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2012/2013.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2011, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	**30/09/2011**	**30/09/2012**	**30/09/2011**
Benefícios de curto prazo (a)	3.231	2.707	7.393	5.914
Benefícios pós-emprego (b)	102	103	201	176
Outros benefícios de longo prazo (c)	2.117	1.195	3.020	1.998
Remuneração do conselho	718	733	1.227	1.116
Total	**6.168**	**4.738**	**11.841**	**9.204**

a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pósemprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuem os seguintes saldos envolvendo Partes Relacionadas:

	Consolidado	
Outras partes relacionadas	**30/09/2012**	**31/12/2011**
Ativo circulante		
Adiantamento a Fornecedores - Alusa	**17.041**	**20.837**
Ferreira Gomes (b)	17.041	20.837
Passivo circulante	**7.776**	**24.140**
Fornecedores - Alusa	**388**	**388**
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	388	388
Provisão para constituição de ativos	**7.388**	**23.752**
Foz do Rio Claro Energia S.A.	203	203
Ijuí Energia S.A. (c)	-	3.682
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (a)	4.312	9.344
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	2.873	10.523

(a) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa Este contrato teve como finalidade contratar a Alusa para execução de projetos, obras civis, serviços de engenharia, montagem eletromecânica e fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a implantação da pequena Central Hidrelétrica.

(b) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa. Este contrato teve como finalidade contratar a Alusa para execução de obras civis, compreendendo a execução das estruturas de concreto vertedouro, tomada d´agua, casa de força e área de montagem.

(c) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa. Este contrato teve como finalidade contratar a Alusa para a prestação de serviço e gerenciamento de materiais e equipamentos para a execução das obras civis.

24. Instrumentos Financeiros

24.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

a) Aplicações financeiras;
b) Títulos e valores mobiliários;
c) Contas a receber de clientes;
d) Ativo financeiro da concessão;
e) Cauções e depósitos judiciais;
f) Fornecedores;
g) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida; e
h) Debêntures.

24.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações Financeiras	170.524	170.524	166.048	166.048
Títulos e valores mobiliários	99.598	99.598	265.729	265.729
Contas a receber de clientes	131.489	131.489	119.865	119.865
Ativo financeiro da concessão	4.170.167	4.170.167	3.905.997	3.905.997
Cauções e depósitos judiciais	7.430	7.430	7.164	7.164
	4.579.208	4.579.208	4.464.803	4.464.803
Passivo				
Fornecedores	85.546	85.546	57.606	57.606
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.634.477	1.634.477	1.750.482	1.750.482
Debêntures	1.701.577	1.701.577	1.084.442	1.084.442
	3.421.600	3.421.600	2.892.530	2.892.530

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

As aplicações financeiras, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

As debêntures das controladas ETPE, ECTE, Ferreira Gomes, Transirapé e da controlada em conjunto Transudeste que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

24.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	30/09/2012	Mensuração do valor justo		
		Nivel I	Nivel II	Nivel III
Ativo financeiros				
Aplicações Financeiras	170.524	170.524	-	-
Títulos e valores mobiliários	99.598	99.598	-	-
	270.122	270.122	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.634.477	-	1.634.477	-
Debêntures	1.701.577	-	1.701.577	-
Total passivos financeiros	3.336.054	-	3.336.054	-

	Consolidado			
	31/12/2011	Mensuração do valor justo		
		Nivel I	Nivel II	Nivel III
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	166.048	166.048	-	-
Títulos e valores mobiliários	265.729	265.729	-	-
	431.777	431.777	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.750.482	-	1.750.482	-
Debêntures	1.084.442	-	1.084.442	-
Total passivos financeiros	2.834.924	-	2.834.924	-

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

24.4 Instrumentos Financeiros por Categoria (saldos contábeis)

	Consolidado		
	30/09/2012		
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	170.524	-	170.524
Títulos e valores mobiliários	99.598	-	99.598
Contas a receber de clientes	-	131.489	131.489
Ativo financeiro da concessão	-	4.170.167	4.170.167
Cauções e depósitos judiciais	-	7.430	7.430
	270.122	4.309.086	4.579.208
Passivo			
Fornecedores	-	85.546	85.546
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	1.634.477	1.634.477
Debêntures - incluem encargos	-	1.701.577	1.701.577
	-	3.421.600	3.421.600

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	166.048	-	166.048
Títulos e valores mobiliários	265.729	-	265.729
Contas a receber de clientes	-	119.865	119.865
Ativo financeiro da concessão	-	3.905.997	3.905.997
Cauções e depósitos judiciais	-	7.164	7.164
	431.777	4.033.026	4.464.803
Passivo			
Fornecedores	-	57.606	57.606
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	1.750.482	1.750.482
Debêntures - incluem encargos	-	1.084.442	1.084.442
	-	2.892.530	2.892.530

24.5 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

Durante o segundo trimestre de 2012, a controlada em conjunto TNE, autorizou a Alubar Metais e Cabos S/A (fornecedor de cabos de alumínio) a contratar um hedge no "London Metal Exchange", de modo a assegurar uma determinada cotação no LME Hedge para os Cabos de Alumínio Acar 950 a serem fornecidos pela própria Alubar.

Com o objetivo de garantir o pronto e integral pagamento de todos os valores referentes ao hedge e que são devidos pela TNE à Alubar, ficou definido que a TNE deveria constituir em favor da Alubar uma garantia consistente em depósito em R$, suficiente para fazer frente ao valor de exposição do hedge. Em 30 de setembro de 2012, a exposição do hedge era de aproximadamente R$ 3.950, e garantia constituída pela TNE era de aproximadamente R$ 3.950.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da exposição do hedge na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes, com de 25% e 50%, conforme abaixo:

	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Atual	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Exposição do hedge	2.469	2.963	3.950	4.938	5.925

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 30 de setembro de 2012, o endividamento total consolidado era de R$ 3.336.054, sendo que 18,0% desse valor (ou R$ 600.550) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e de suas controladas, com encargos de dívida ou uma incapacidade de renegociar o prazo de pagamento, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos a dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e de suas controladas de honrar suas obrigações. O descumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos de concessão pode causar, após o devido processo administrativo, a perda das outorgas de concessão e autorização. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e de suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 48,25% de recursos próprios em contrapartida a 51,75% de capital de terceiros. A estrutura de capital consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 é de 49,81% de recursos próprios e 50,19% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, a Companhia possuí uma relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 107,2% em 30 de setembro de 2012 e 100,8% em 31 de dezembro de 2011.

24.6 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de setembro de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	30/09/2012					
Aplicações Financeiras	170.524					
	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	3,75	5,63	7,50	9,38	11,25
Operação	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações Financeiras	CDI	6.395	9.592	12.789	15.987	19.184

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de setembro de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Taxa de Juros a.a.		Posição em 30.09.2012 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Alupar - consolidado								
CDI				**3,75%**	**5,63%**	**7,50%**	**9,38%**	**11,25%**
	CDI +	0,97%	17.900	851	1.190	1.529	1.868	2.207
	CDI +	1,30%	477.280	24.335	33.401	42.466	51.531	60.597
	CDI +	1,45%	150.000	7.882	10.735	13.588	16.441	19.295
	CDI +	1,85%	231.803	13.142	17.568	21.995	26.422	30.849
	CDI +	0,00%	330.603	12.398	18.596	24.795	30.994	37.193
MOEDA ESTRANGEIRA - US$				**1,01**	**1,52**	**2,02**	**2,53**	**3,03**
	Var. do US$ +	4,00%	2.536	(973)	(140)	692	1.525	2.357
	Var. do US$ +	4,50%	4.887	(1.883)	(271)	1.341	2.952	4.564
	Var. do US$ +	5,00%	4.360	(1.688)	(243)	1.202	2.647	4.092
	Var. do US$ +	5,50%	2.431	(946)	(136)	673	1.483	2.292
	Var. do US$ +	5,80%	39.094	(15.252)	(2.197)	10.857	23.912	36.967
IGP-M				**2,64%**	**3,96%**	**5,28%**	**6,60%**	**7,92%**
	IGP-M +	9,85%	14.703	1.875	2.088	2.301	2.514	2.727
TJLP				**2,75%**	**4,12%**	**5,50%**	**6,87%**	**8,25%**
	TJLP +	2,22%	263.850	13.274	16.982	20.690	24.399	28.107
	TJLP +	2,37%	25.363	1.315	1.672	2.029	2.386	2.743
	TJLP +	2,41%	85.417	4.464	5.667	6.869	8.072	9.275
	TJLP +	2,44%	226.231	11.893	15.079	18.265	21.452	24.638
	TJLP +	2,56%	28.779	1.548	1.954	2.360	2.766	3.172
	TJLP +	3,17%	155.804	9.359	11.569	13.779	15.989	18.199
	TJLP +	3,60%	38.884	2.508	3.061	3.615	4.169	4.723
	TJLP +	3,90%	1.133	77	93	109	125	141
	TJLP +	4,00%	10.806	741	896	1.050	1.205	1.359
	TJLP +	4,50%	14.586	1.076	1.285	1.495	1.704	1.914
	TJLP +	4,55%	28.819	2.140	2.554	2.968	3.383	3.797
	TJLP +	5,50%	37.808	3.176	3.725	4.273	4.822	5.370
	TJLP +	0,00%	145	4	6	8	10	12
IPCA				**2,76%**	**4,14%**	**5,52%**	**6,90%**	**8,28%**
	IPCA +	7,80%	300.000	32.326	36.789	41.252	45.715	50.178
	IPCA +	5,95%	200.000	17.748	20.673	23.597	26.521	29.445
		Total	**2.693.222**	**156.641**	**204.792**	**252.943**	**301.094**	**349.245**

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos.

24.7 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

24.7.1 Riscos de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2012, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Consolidado				
	30/09/2012				
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas	150.138	450.413	1.569.023	1.166.481	3.336.054
Fornecdores	1.922	-	-	-	1.922
	152.060	450.413	1.569.023	1.166.481	3.337.976

24.7.2 Riscos de mercado

As controladas Foz do Rio Claro, Ijuí, Lavrinhas e Queluz possuem risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

24.7.3 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.
De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

24.7.4 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

24.7.5 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a da perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

24.7.6 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

24.7.7 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

24.7.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

25. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Demonstração do resultado segregado por atividade 30/09/2012				
	Transmissão	**Geração**	**Holding**	**Eliminação**	**Total**
Receita operacional líquida	**847.717**	**121.803**	**-**	**(41.109)**	**928.411**
Custo dos serviços prestados	(47.690)	-	-	2.088	(45.602)
Compra de Energia	-	(22.244)	-	-	(22.244)
Custo de construção	(101.778)	-	-	13.900	(87.878)
Depreciação / Amortização	(1.998)	(23.991)	-	541	(25.448)
	(151.466)	**(46.235)**	**-**	**16.529**	**(181.172)**
Lucro bruto	**696.251**	**75.568**	**-**	**(24.580)**	**747.239**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(9.593)	(17.862)	(6.328)	949	(32.834)
Pessoal	(9.503)	(6.248)	(7.357)	404	(22.704)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(4.820)	(1.038)	(6.168)	185	(11.841)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST)	-	(5.393)	-	-	(5.393)
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(1.174)	-	-	(1.174)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(353)	-	-	(353)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(3.626)	(230)	-	104	(3.752)
Despesas financeiras	(114.527)	(42.659)	(62.599)	8.635	(211.150)
Encargos e variações monetárias sobre empr. e financ.	(103.496)	(42.372)	(52.192)	8.505	(189.555)
Variações Cambiais	(1.952)	-	(8.720)	71	(10.601)
Outras	(9.079)	(287)	(1.687)	59	(10.994)
Receitas financeiras	10.630	1.560	21.551	(586)	33.155
Receitas de aplicações financeiras	10.057	1.534	20.450	(420)	31.621
Outras	573	26	1.101	(166)	1.534
Resultado de Equivalência Patrimonial	34.264	-	241.769	(276.033)	-
Outras receitas	54	13	112	-	179
Outras despesas	21	-	(1.081)	-	(1.060)
	(97.100)	**(73.384)**	**179.899**	**(266.342)**	**(256.927)**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	**599.151**	**2.184**	**179.899**	**(290.922)**	**490.312**
Imposto de renda	(30.559)	(1.197)	-	526	(31.230)
Contribuição social	(32.471)	(631)	-	272	(32.830)
Imposto de renda diferido	(16.367)	-	-	71	(16.296)
Contribuição social diferidos	(7.579)	-	-	154	(7.425)
	(86.976)	**(1.828)**	**-**	**1.023**	**(87.781)**
Lucro antes da participação de não controladores	**512.175**	**356**	**179.899**	**(289.899)**	**402.531**
Participação de não controladores	-	-	-	(235.334)	(235.334)
Lucro Líquido do período	**512.175**	**356**	**179.899**	**(525.233)**	**167.197**
Ativos operacionais	**4.647.601**	**1.884.620**	**1.866**	**(286.318)**	**6.247.769**
Passivos operacionais	**177.877**	**104.790**	**3.804**	**(10.111)**	**276.360**

	Demonstração do Resultado Segregado por Atividade 30/09/2011				
	Transmissão	**Geração**	**Holding**	**Eliminação**	**Total**
Receita operacional líquida	**894.678**	**109.757**	**-**	**(108.334)**	**896.101**
Custo dos serviços prestados	(45.093)	(1.975)	-	1.340	(45.728)
Compra de Energia	-	(39.335)	-	-	(39.335)
Custo de construção	(248.980)	-	-	73.898	(175.082)
Depreciação / Amortização	(1.562)	(14.122)	-	50	(15.634)
	(295.635)	**(55.432)**	**-**	**75.288**	**(275.779)**
Lucro bruto	**599.043**	**54.325**	**-**	**(33.046)**	**620.322**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(8.762)	(14.184)	(6.492)	403	(29.035)
Pessoal	(8.645)	(5.042)	(7.306)	250	(20.743)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(4.071)	(654)	(4.738)	259	(9.204)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST)	-	(4.119)	-	-	(4.119)
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(1.936)	-	-	(1.936)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(315)	-	-	(315)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(3.078)	(47)	-	143	(2.982)
Despesas financeiras	(112.111)	(28.346)	(49.374)	9.093	(180.738)
Encargos e variações monetárias sobre empr. e financ.	(94.037)	(26.686)	(48.862)	5.639	(163.946)
Variações Cambiais	(4.622)	-	-	(14)	(4.636)
Outras	(13.452)	(1.660)	(512)	3.468	(12.156)
Receitas financeiras	14.281	2.131	28.386	(683)	44.115
Receitas de aplicações financeiras	11.799	859	27.517	(670)	39.505
Outras	2.482	1.272	869	(13)	4.610
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	187.282	(187.282)	-
Outras receitas	21	16	122	-	159
Outras despesas	-	(1)	(24)	-	(25)
	(122.365)	**(52.497)**	**147.856**	**(177.817)**	**(204.823)**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	**476.678**	**1.828**	**147.856**	**(210.863)**	**415.499**
Imposto de renda	(28.534)	(2.219)	-	4.324	(26.429)
Contribuição social	(29.948)	(936)	-	1.554	(29.330)
Imposto de renda diferido	(24.835)	-	-	2.503	(22.332)
Contribuição social diferidos	(8.472)	-	-	780	(7.692)
	(91.789)	**(3.155)**	**-**	**9.161**	**(85.783)**
Reversão de JCP					
Lucro antes da participação de não controladores	**384.889**	**(1.327)**	**147.856**	**(201.702)**	**329.716**
Participação de não controladores	(20.251)	-	-	(161.695)	(181.946)
Lucro Líquido do período	**364.638**	**(1.327)**	**147.856**	**(363.397)**	**147.770**

Os ativos dos seguimentos em 30 de setembro de 2012 incluem "contas a receber de clientes" no montante de R$ 131.489, "contas a receber ativo financeiro" no montante de R$ 4.170.167, "estoques" no montante de R$ 23.088, e "imobilizado" no montante de R$ 1.925.421.

Os passivos dos seguimentos em 30 de setembro de 2012 não incluem "empréstimos, financiamentos e debêntures" no montante de R$ 3.336.054, "tributos a recolher" no montante de R$ 85.147, "dividendos a pagar" no montante de R$ 49.218, "provisões para litígios" no montante de R$ 10.974, "adiantamento para futuro aumento de capital" no montante de R$ 23.580, e "tributos e contribuições sociais diferido" no montante de R$ 377.447.

26. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

27. Compromissos

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses, juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

O primeiro lote de ações foi adquirido pela Companhia na data de 11 de novembro de 2011 e o segundo em 06 de agosto de 2012.

Fornecedores de Materiais e Serviços

Em 30 de setembro de 2012, a controlada Ferreira Gomes contratou o montante de R$ 623.929 junto a fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE Ferreira Gomes, deste montante, R$ 401.906 já foram executados e R$ 160.277 adiantados, o restante será executado conforme cronograma do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo contratado era de R$ 570.936 destes R$ 228.968 já haviam sido executados e R$ 122.859 adiantados.

Em 14 de setembro de 2012 a controlada ETSE contratou o montante de R$ 54.297 junto a fornecedores materiais e serviços para construção e implantação de sua substação. Em 30 de setembro de 2012 a execução do contrato ainda não havia sido iniciada, e também não ocorreu nenhum pagamento a este fornecedor.

Em 16 de maio de 2012, a controlada TNE contratou o montante de R$ 120.380 junto a Alubar Metais e Cabos S/A (fornecedor de cabos de alumínio). Deste montante, R$ 8.426 já foram executados e R$ 1 adiantados, o restante será executado conforme cronograma do empreendimento.

28. Seguros

A companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 30 de setembro de 2012 estão assim distribuídos:

Risco	Importância segurada	Prêmio
Compreensivo empresarial (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	942.001	1.520
Responsabilidade civil	187.500	293
Responsabilidade civil - administradores	12.000	33
Total	1.141.501	1.846

29. Revisão tarifária das transmissoras

Os contratos de concessão, assinados pelas transmissoras com a União - representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - estabelecem a composição das tarifas e as fórmulas dos reajustes anuais e exigem revisões tarifárias periódicas.

A revisão tarifária periódica tem o objetivo de promover o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes que prestam serviços de energia. Na data de "aniversário" do contrato de concessão, ocorre o reajuste anual, que objetiva repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Abaixo segue quadro da Receita Anual Permitida (RAP) das empresas operacionais do grupo:

Empresa	RAP Ciclo 2011/2012	RAP Ciclo 2012/2013
Companhia Transirapé de Transmissão	15.747	16.767
Companhia Transleste de Transmissão	29.087	30.326
Companhia Transudeste de Transmissão	18.028	18.797
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	306.679	319.748
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	67.724	70.610
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	11.144	11.132
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	160.475	167.314
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	69.869	72.847
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	28.359	29.568
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	18.975	19.783
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	27.989	30.056
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	128.399	133.871
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A	9.568	10.046
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	31.801	33.388
Empresa De Transmissão de Varzea Grande S.A	Não publicado	3.398

30. Medida Provisória 579/2012

Em 11 de setembro de 2012 foi emitida a MP 579/2012, entre outras medidas estabelece regras para renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia. A Administração avaliou o teor da referida MP e entende que tais medidas não causarão impactos diretos nas controladas, pois os contratos de concessões possuem vencimentos posteriores aos estabelecidos na Medida Provisória.

Esta MP definiu que as concessões de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. A tarifa ou receita a ser definida na renovação da concessão, deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente.

Esta MP contempla também o fim da arrecadação da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), e da cobrança da Reserva Geral de Reversão (RGR) para distribuidoras, novos empreendimentos de transmissão e concessões prorrogadas ou licitadas.

31. Eventos subsequentes

Aquisição de participação Queluz e Lavrinhas

Em 08 de outubro de 2012 a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS nas controladas Usina Paulista Queluz de Energia S/A ("Queluz") e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A ("Lavrinhas"), mediante Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes, na qual a Companhia adquiriu 4.517.310 ações na Queluz, no montante de R$ 6.528, e 4.380.836 ações na Lavrinhas, no montante de R$ 7.168.

Emissão de Debêntures – controlada EATE

Em 19 de outubro de 2012 a controlada EATE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R$ 150.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 10 parcelas semestrais, sem carência, e serão atualizadas pelo CDI + 0,9875% ao ano, com vencimento final em outubro de 2017. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Emissão de Debêntures – controlada ECTE

Em 29 de outubro de 2012 a controlada ECTE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R$ 80.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 6 parcelas semestrais, a partir de abril de 2015, com vencimento final em outubro de 2017. A remuneração, calculada pela variação do CDI + 0,9875% ao ano, será paga em 10 parcelas semestrais, a partir de abril de 2013. Não foram oferecidas garantias na emissão das debêntures.

Emissão de Debêntures – controlada Transudeste:

A controlada Transudeste acordou em novembro de 2012 nova modalidade de empréstimos para fins de aprimoramento financeiro substituindo o financiamento com BNDES, BDMG e Santander Banespa (TLPL e Cesta de Moedas) pela emissão de Debêntures. O banco mandatário na operação de emissão das debêntures é o Itaú Unibanco S.A. e o escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A. Os recursos contratados foram de R$ 47.500, emitidas em 14 de novembro de 2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14 de novembro de 2017 (05 anos), as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14 de maio de 2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Emissão de Debêntures – controlada Transirapé:

A controlada Transirapé acordou em novembro de 2012 nova modalidade de empréstimos para fins de aprimoramento financeiro substituindo o financiamento com BNDES, BDMG e Santander Banespa (TLPL e Cesta de Moedas) pela emissão de Debêntures. Os recursos contratados foram de R$ 42.500, emitidas em 14 de novembro de 2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14 de novembro de 2017 (05 anos), as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14 de maio de 2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Captação de Empréstimos e financiamentos

Ferreira Gomes

Em 26 de setembro de 2012 a controlada Ferreira Gomes celebrou contrato de financiamento de curto-prazo junto ao BNDES. O crédito total disponível no contrato é de R$ 121.724 que tem sua liberação condicionada a comprovação dos investimentos da controlada Ferreira Gomes. Os juros contratados são de 2,4 % a.a. acima da TJLP a serem capitalizados trimestralmente. O principal da dívida deverá ser pago ao BNDES em prestação única, no valor do principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de abril de 2013 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à beneficiária por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Como garantia, é dada carta fiança prestada por instituição financeira. Em 26 de outubro de 2012 o BNDES liberou o montante de R$ 110.680.

Em 29 de janeiro de 2013 houve liberação da parcela remanescente no montante de R$ 11.044 do contrato de financiamento, celebrado no dia 26 de setembro de 2012 pela controlada Ferreira Gomes, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 121.724, cuja liberação do montante de R$ 110.680 já havia ocorrido em outubro de 2012.

ESDE

Em novembro de 2012, a controlada ESDE assinou contrato com o BNDES para liberação de recursos no montante de R$ 42.797, dividido em subcrédito A (R$ 26.319) com encargos correspondentes à TJLP mais 2,08% ao ano e subcrédito B (R$ 16.478) com encargos de 2,5% ao ano. Do total, R$ 32.000 foram liberados em dezembro de 2012, que foram utilizados também para a quitação dos empréstimos-ponte junto ao Banco Itaú, no montante de R$ 19.854.

ERTE

Em 15 de outubro de 2012, a Controlada ERTE captou junto ao BNDES, o montante de R$ 31.042 para investimentos na subestação de Açailândia. Os financiamentos tem seu saldo devedor atualizado pela TJLP e juros de 1,97% ao ano. A quitação ocorre em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em 2026.

STC

Em novembro de 2012, a controlada STC recebeu aportes de capital de sua controladora EATE e Alupar, no montante de R$ 84.000 utilizados para a quitação de empréstimos junto ao BNDES no montante de R$ 84.181.

Lumitrans:

Em novembro de 2012, a controlada Lumitrans recebeu aportes de capital de sua controladora EATE e Alupar, no montante de R$ 42.000 utilizados para a quitação de empréstimos junto ao BNDES no montante de R$ 42.079.

Transudeste:

Em 30 de novembro de 2012, a Controlada Transudeste liquidou antecipadamente os seguintes empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira que tinham vencimento previsto para 2019: FNE, Cesta de Moedas com BNDES, Cesta de Moedas com Santander e Cesta de Moedas com BDMG.

Transirapé:

Em 30 de novembro de 2012, a Controlada Transirapé liquidou antecipadamente os seguintes empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira que tinham vencimento previsto para 2019: FNE, Cesta de Moedas com BNDES, Cesta de Moedas com Santander e Cesta de Moedas com BDMG.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Ferreira Gomes:

No dia 29 de janeiro de 2013 a Companhia adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital para a controlada Ferreira Gomes o montante de R$ 40.000.

Transação de capital ETEM

Em 18 de janeiro de 2013, mediante "Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito" celebrado entre a Alupar (Cessionário) e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. (Cedente), ocorreu a cessão por parte da Bimetal Indústria Metalúrigca Ltda. de 868.900 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social, a título gratuito, da controlada Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM. Dessa modo, a Companhia passou a deter 26.172.251 ações ordinárias correspondendo a 62,06% do capital social.

Declaração dos diretores sobre as Informações Trimestrais

São Paulo, 21 fevereiro de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais para o período encerrado em 30/09/2012.

José Luiz de Godoy Pereira	***Paulo Roberto de Godoy Pereira***
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro	*Diretor Presidente*
Enio Luigi Nucci	***Marcelo Patrício Fernandes Costa***
Diretor Técnico e Comercial	*Diretor de Relações com Investidores*

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o período encerrado em 30/09/2012.

_____ _____

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

_____ _____

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor de Relações com Investidores